

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR  
À ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA  
DO PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 36**

(Presencial e por videoconferência)

13 de janeiro de 2021

(19:14 h — 22:14 h)

**Ordem do dia:**

Audição da Prof. Dr.ª Ana Abrunhosa, na qualidade de ex-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** Emília Cerqueira (PSD)

João Dias (PCP)

Eurídice Pereira (PS)

Fabíola Cardoso (BE) \*

José Rui Cruz (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

\* *Via Skype*

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

*Eram 19 horas e 14 minutos.*

Esta reunião ordinária destina-se à audição da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Coesão Territorial, a Prof. Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa, na qualidade de ex-Presidente da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro).

Sr.<sup>a</sup> Ministra, saúdo a sua presença, que também agradeço. Sei que hoje foi um dia especialmente complexo e longo. Estamos cá para ajudar a que possa fazer o seu depoimento com a tranquilidade possível, neste dia tão cansativo para todos, especialmente para a Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito embora seja do vosso conhecimento, dou a saber à Sr.<sup>a</sup> Ministra, e também a quem nos possa ouvir, o modelo de audição nesta Comissão, que passa por três rondas potenciais, sendo a primeira ronda de 8 minutos para cada grupo parlamentar, em modelo de pergunta-resposta; uma segunda ronda, sempre que solicitada, de 5 minutos para cada grupo parlamentar, de forma seguida, a que a Sr.<sup>a</sup> Ministra responderá no final; e, eventualmente, uma terceira ronda, de 3 minutos, sendo ainda reservados, a solicitação dos Srs. Deputados, 2 minutos, individualmente, para usarem da palavra, se assim o entenderem.

Igualmente, nos termos de funcionamento desta Comissão, está previsto que o depoente possa usar da palavra no início, entre 10 a 15 minutos, para expor o contexto em que está aqui. Caso V. Ex.<sup>a</sup> abdique desta prerrogativa, iniciaremos imediatamente a audição, mas, caso queira usar da palavra inicialmente, conceder-lha-ei, desde já.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra dir-me-á se pretende fazer uma intervenção inicial ou se damos já início à audição.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa** (ex-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro): — Sr. Presidente, pretendo fazer uma intervenção inicial.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Ministra, a palavra é sua.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, dê-me licença para que retire também a máscara.

Cumprimento todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e é com grande gosto que aqui me encontro, como não poderia deixar de ser, prestando contas, porque esta Casa é o local certo para prestarmos contas quando estamos na vida pública.

Preparei uma pequena intervenção, que poderá esclarecer já algumas das questões, em alinhamento com o que também têm sido as intervenções nesta Comissão. Vou passar a lê-la, também para impor alguma contenção no tempo.

Como é conhecido de todos, entre os dias 17 e 21 de junho de 2017, ocorreram incêndios em vários concelhos do País, com efeitos particularmente trágicos na região Centro, nos municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Sertã, Góis e Penela. Só quem os viveu, as famílias que foram afetadas, as vítimas diretas e indiretas desta calamidade, sabe o horror com que se viveram aqueles dias. Creio que muitos dos que aqui estão também visitaram e puderam testemunhar e confirmar o que estou a transmitir.

Foi neste contexto que interveio a CCDR Centro, a que eu presidia em 2017, e recordo que é nessa condição que aqui me encontro.

Numa primeira fase, imediatamente após os incêndios, o Governo atribuiu à CCDR, no âmbito das suas funções de coordenação a nível regional e apoiada por uma vasta equipa multidisciplinar, a responsabilidade pelo levantamento e inventariação dos danos — desde as habitações até às empresas e florestas — causados pelos incêndios de junho.

Para além desta inventariação, a CCDR Centro ficou igualmente responsável por elaborar um relatório final de danos, que deve ser do vosso conhecimento e que, posteriormente, serviu de base à candidatura de Portugal ao Fundo de Solidariedade da União Europeia.

Numa segunda fase, depois de o Fundo REVITA ser criado, a 7 de julho de 2017, e de se tornar no responsável máximo pelos apoios à reconstrução das habitações permanentes, a CCDR Centro ficou com assento na Comissão Técnica dessa estrutura.

Recordo que era função das câmaras municipais apoiar as famílias no preenchimento dos formulários de pedidos de apoio, verificar as condições de acesso ao Fundo, o cumprimento dos critérios, a correta instrução dos processos e, posteriormente, submeter o pedido de apoio ao Conselho de Gestão, via Comissão Técnica, onde os técnicos da CCDR tinham assento.

Sem qualquer pretensão de se substituir aos órgãos do Fundo REVITA nem aos municípios, que eram os que faziam a interação com as famílias, a CCDR Centro recebia dos municípios os formulários dos pedidos de apoio, analisava-os documentalmente e verificava se estavam bem instruídos, com vista à posterior validação pela Comissão Técnica — aliás, esta informação consta do Relatório do Tribunal de Contas. Quando faltava algum elemento ou informação, o mesmo era solicitado pela CCDR ao município em causa.

A CCDR, naturalmente, só teve conhecimento dos projetos que lhe eram sinalizados pelas câmaras e/ou que eram analisados pela Comissão Técnica.

Numa terceira fase, quase em paralelo com o início da segunda, a CCDR Centro criou uma base de dados para recolha de informação sobre os processos de reconstrução de habitações permanentes, a que chamamos SIGE (Sistema de Informação de Gestão de Emergências) e onde constam cópias dos requerimentos enviados pelos municípios, bem como dos elementos e documentos que os acompanham, desde fotografias, pedidos de pagamento e outros elementos.

Apesar de, no início, ter sido muito complicada a recolha de documentos das famílias, pois tinham perdido tudo e encontravam-se profundamente abaladas, com o tempo, o processo foi mecanizado e a informação foi sendo completada. Este esforço focou-se, sobretudo, nos processos financiados pelo Fundo REVITA, naturalmente.

Os originais dos processos estão, e sempre estiveram, nas câmaras municipais, que eram as entidades que recebiam os pedidos de apoio por parte das famílias e que com elas interagiam. Eram também os municípios que certificavam por escrito, no próprio formulário de pedido de apoio, estar-se perante uma habitação permanente cujos danos resultavam dos incêndios de junho. Nalguns casos, existia ou existe, inclusive, para além da declaração da Câmara Municipal, a declaração do Presidente de Junta de Freguesia.

Para termos a noção da complexidade do processo, muitas famílias ausentaram-se semanas inteiras após os incêndios. Eram as câmaras que sinalizavam essas habitações e que contactavam essas famílias, como previam, aliás, as regras do Fundo REVITA.

O propósito deste sistema de informação, o SIGE, criado e implementado pela CCDR, foi o de assegurar rigor ao processo, e entendo que foi fundamental para a gestão do Fundo REVITA. Foi, seguramente, muito importante para sustentar as posições da CCDR Centro na Comissão Técnica.

Em muitos casos, houve demora na entrega de elementos por parte dos municípios, pois as famílias também tardavam em entregar os elementos em falta, o que é, naturalmente, compreensível. Esses processos podem, hoje, mais de três anos volvidos, ser considerados incompletos ou mal instruídos, mas sem este sistema de informação, sem o esforço permanente dos municípios e da equipa da CCDR, não teria havido condições mínimas formais para aprovar os apoios às famílias, num contexto de grande sofrimento e, compreensivelmente, de grande resistência das famílias a qualquer pedido adicional de documentação.

Todos se recordam das notícias sobre a elevada burocracia que o processo exigia, bem como dos pedidos de mais celeridade na resolução dos problemas. Ninguém pode, por isso, ignorar o contexto de elevada pressão, social e política, típica e normal de uma situação de calamidade como aquela em que todos trabalhámos. Devo esclarecer que essa pressão não diminuiu, em momento algum, o nosso esforço de rigor e de cumprimento das regras definidas, apenas nos colocava pressão para voltar a devolver casas às famílias.

Hoje em dia, a falta de um papel pode ser considerada falta de rigor, mas, há três anos, a exigência desse mesmo papel era, muitas das vezes, considerada burocracia excessiva.

Numa quarta fase, a CCDR Centro deu apoio direto à reposição da atividade das empresas não agrícolas atingidas pelos incêndios, através da abertura de um aviso de concurso no Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, para aqueles sete concelhos que referi inicialmente. O aviso foi aberto a 24 de julho de 2017 e foram apoiados 51 projetos empresariais não agrícolas, com um apoio de 8 milhões de euros.

A CCDR Centro apoiou também a reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos municipais, através da abertura de um outro aviso de concurso no Programa Operacional Regional. Foram aprovadas 39

candidaturas, nos 7 municípios afetados que referi no início, com um apoio de 10 milhões de euros.

Para lançar estes dois avisos em tempo recorde, um mês depois dos incêndios, teve de ser feita uma reprogramação do Programa Operacional Regional do Centro, um exercício muito exigente, só possível graças ao extraordinário apoio da Comissão Europeia.

Numa quinta fase, após a aprovação do Orçamento do Estado de 2018, quando as câmaras municipais puderam apoiar a reconstrução de segundas habitações, a CCDR Centro ficou encarregue de emitir um parecer, que era um dos elementos instrutórios do pedido de empréstimo dos municípios junto do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Nenhum diploma do Fundo REVITA atribuiu alguma vez à CCDR Centro funções na construção das habitações ou funções de controlo ou de fiscalização dessas obras. A CCDR Centro também nunca teve qualquer interferência nos valores de reconstrução, na escolha e nos contratos com os empreiteiros, nem tão-pouco na fiscalização das obras. A competência para fiscalizar os trabalhos das empreitadas cabia aos próprios municípios, apenas nos casos apoiados pelo Fundo REVITA.

A CCDR Centro não teve qualquer intervenção nas reconstruções de primeiras habitações ardidas nos incêndios de junho de 2017. Deste modo, o argumento de que «uma vez que já tinha construído as primeiras habitações, devia ter reconstruído as segundas habitações» não faz qualquer sentido, no âmbito dos incêndios de junho.

Os diplomas que regularam a aplicação do Fundo REVITA também nunca atribuíram à CCDR qualquer função de controlo ou coordenação dos donativos. Também nenhum donativo foi entregue ou gerido pela CCDR Centro.

Enquanto presidente da CCDR Centro, não tive intervenção direta nos processos individuais das habitações concretas a apoiar pelo Fundo REVITA

ou por outras entidades que tinham protocolo com o Fundo REVITA. Os contactos foram, geralmente, feitos entre os técnicos da CCDR Centro, os técnicos das câmaras e os restantes elementos da Comissão Técnica do Fundo REVITA. Nunca participei, sequer, de qualquer reunião na Comissão Técnica.

No entanto, quero sublinhar que mantive sempre, e mantenho, total confiança no trabalho sério, profissional e dedicado realizado pela equipa da CCDR Centro, pela qual era, naturalmente, responsável.

Desde o início se percebeu o elevado número de casas de habitação secundária, casas de férias e de fim de semana, bem como de casas devolutas que tinham ardido. Uma coisa foi sempre clara para a CCDR Centro, só tinham direito a apoio as habitações permanentes. Isso ficou sempre claro nas interações com os municípios.

Não foi feita qualquer denúncia à CCDR Centro sobre irregularidades na reconstrução de habitações na sequência dos incêndios de junho de 2017. Da informação que me foi prestada, as visitas ao terreno dos elementos da Comissão Técnica eram sempre acompanhadas por elementos das autarquias. Tanto quanto sei, nunca, em nenhuma dessas visitas, as equipas foram abordadas por vizinhos ou por alguém que tenha denunciado um apoio não conforme às regras.

Há quem seja muito crítico face ao edifício legal que está subjacente ao Fundo REVITA, ignorando, muitas das vezes, o contexto de urgência de atuação no terreno e junto das populações, com o objetivo de permitir o restabelecimento rápido das condições básicas de vida, com particular enfoque nas habitações destruídas. Recordo que foi a primeira vez que tivemos de lidar, em simultâneo, com uma sucessão de calamidades.

Há também quem seja muito crítico do que considera ser o envolvimento «em excesso» das autarquias no processo. Ora, foi precisamente este envolvimento das autarquias que permitiu celeridade, pois



foi essa proximidade que permitiu colmatar as insuficiências e incapacidades das famílias em preencher um simples formulário de candidatura e em apresentar a documentação que era exigida e que, na maioria das situações, tinha ardido nos incêndios. A participação de entidades com conhecimento profundo das aldeias, dos locais destruídos e dos hábitos e vivências das pessoas afetadas foi fundamental para se poder reconstruir e repor a situação existente antes da calamidade, com a urgência que a situação exigia.

O modelo adotado para a reconstrução das casas ardidadas nos incêndios de junho de 2017 foi o modelo adequado às exigências do momento, tendo em conta que foi a primeira vez que tivemos de lidar com uma situação de calamidade.

Estou quase a terminar, Sr. Presidente, mas peço a sua indulgência se ultrapassar ligeiramente o meu tempo.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa:** — Hoje, continuo a entender que foi este modelo que garantiu maior celeridade na decisão e no apoio às famílias, porque era esse o objetivo que nos movia.

Na nossa vida democrática, temos feito o caminho de uma cada vez maior descentralização, o que significa transferir competências do Governo para as autarquias. Acredito que é deste modo que encontramos uma resposta mais rápida e mais adaptada, através da maior proximidade de quem decide à população e aos seus problemas. Temos é de assegurar que o sistema tem instituições e procedimentos que nos garantam que, quando as regras não são cumpridas, as entidades ou os cidadãos em causa são levados à justiça. É precisamente, o que está a acontecer. Recordo, no entanto, que ainda não há condenados, pelo menos em tribunal.

Para clarificar a intervenção da CCDR Centro, em junho, e embora esta seja matéria fora do âmbito desta Comissão de Inquérito, queria apenas referir que, em outubro de 2017, a situação foi muito diferente. Os incêndios desse mês tiveram um impacto absolutamente devastador na região Centro.

Só um resumo: em outubro, a CCDR Centro foi a responsável pelas empreitadas de reconstrução das habitações com danos superiores a 25 000 € e pelo apoio às famílias que reconstruíram habitações com danos inferiores a esse valor. Geriu também o programa de apoio às quase 400 empresas destruídas pelos incêndios e apoiou a reposição das infraestruturas e equipamentos municipais de cerca de 50 municípios afetados pelos incêndios de outubro de 2017.

Apesar destas circunstâncias extraordinárias, a CCDR Centro manteve, em simultâneo, a sua participação empenhada na Comissão Técnica do Fundo REVITA para os incêndios de junho.

Mesmo não tendo sido tudo perfeito — como nunca seria numa situação de calamidade como a que vivemos —, continuo a acreditar que os procedimentos definidos responderam ao desafio que tínhamos pela frente e que a grande maioria dos apoios foi corretamente atribuída. Perante a informação de que a Comissão Técnica dispunha, acredito que se tomou sempre a melhor decisão.

O que correu menos bem tem, certamente, enquadramento na urgência do momento, na dimensão da tragédia e no carácter inédito da maioria das situações com que as instituições foram confrontadas, mas era preciso agir.

Poderíamos ter feito melhor, de forma diferente? Seguramente. Mas essa é uma análise que só agora pode ser feita, sem nunca esquecer as circunstâncias do momento e sem nunca esquecer a urgência e o drama das pessoas que precisavam da ajuda possível, então, e não da ajuda perfeita, agora.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início à nossa audição, mas não sem antes fazer consignar, para que fique claro, que, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes, a audição é apenas acompanhada presencialmente pelos Deputados que vão intervir, estando presentes também o Sr. Deputado Relator, Jorge Paulo Oliveira, o Sr. Vice-Presidente, Joaquim Barreto, os serviços da Comissão e a assessoria da Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A primeira ronda começa com o Grupo Parlamentar do PSD e, assim sendo, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a Sr.<sup>a</sup> Ministra, a quem agradeço a presença, naturalmente, na qualidade das funções que exercia à data, enquanto Presidente da CCDR Centro, pois é nessa qualidade que hoje a ouvimos, Sr.<sup>a</sup> Ministra. Permita-me que a trate por Sr.<sup>a</sup> Ministra, porque é a função que atualmente exerce, embora deixe já claro em que condição é que aqui está.

Recordo-me de que, eu própria, estive presente, com a Sr.<sup>a</sup> Ministra, em várias reuniões de pós-incêndio, nomeadamente em Castanheira de Pera e em Pedrógão — portanto, encontrámo-nos em várias dessas reuniões —, e há aqui uma verdade quando diz que não se fez tudo bem. Aliás, diz algo interessante, e permita-me citá-la, ainda que um pouco de cor: «a grande maioria dos apoios foi devidamente atribuída».

Sabe o que me entristece, Sr.<sup>a</sup> Ministra? É que se satisfaça com a maioria e não pretenda que sejam todos corretamente entregues, porque um Estado de direito tem de pugnar sempre pela boa aplicação da totalidade dos seus fundos. A justiça, quando eles não foram bem aplicados, funciona, mas é no último rácio, e é-me particularmente penoso ver um decisor político a conformar-se, perante todos nós, com o facto de a maioria ter corrido bem. Não pode ser a maioria, e tenho de deixar isso como nota inicial.

Relativamente a algumas coisas que disse — e ouvi-a com muita atenção —, nomeadamente sobre o papel da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, embora, do ponto de vista formal, não possa contrapor aquilo que referiu, tenho de lhe dizer que outros testemunhos não dizem nada disso.

Só para recordar, Alda Carvalho disse o seguinte nesta Comissão: «Quanto à fiscalização, na fase de construção, é o município que envia os pedidos de pagamento para a CCDR, que, por sua vez, depois envia ao Conselho de Gestão. O pagamento ia com emissão de fatura, com o auto de medição para o Conselho de Gestão. A CCDR enviava aquilo que o município lhe enviava».

Dizem mais: «Os técnicos das câmaras iam ao local e pediam para a Comissão Técnica, a qual enviava para a CCDR».

Todos nos dizem, claramente, que a decisão é sempre da CCDR, inclusive a verificação do valor do m<sup>2</sup> das obras, o que vem ser também secundado por Rui Fiolhais. Estamos sempre a falar de responsáveis no âmbito do REVITA, que são muito claros a dizer isto mesmo.

Inclusive, disse-me Rui Fiolhais, a dada altura: «Queria dizer-lhe que até hoje, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não houve nenhum pagamento feito pelo Conselho de Gestão que não passasse por esse crivo» — diga-se, a CCDR.

Portanto, isto não é pessoal. A Sr.<sup>a</sup> Ministra está aqui enquanto representante de uma instituição e é a responsável funcional pelas decisões de toda a Comissão. Não posso afirmar que, pessoalmente, o fez, mas é a responsável funcional, como sabe.

Portanto, gostava que comentasse estas afirmações, em contraponto com aquilo que afirmou agora, nesta fase inicial.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, trabalhámos sempre com o objetivo de que todos os processos, todos aqueles que tiveram apoio, cumprissem as condições do apoio.

Em democracia, sabemos que não temos sistemas perfeitos. Portanto, temos sempre os critérios do rigor, da celeridade — sobretudo numa situação de emergência — e da proximidade, critério que aqui tivemos e que era muito importante numa situação de calamidade. Portanto, neste contexto, criámos regras e procedimentos que visavam essa celeridade e levar o apoio o mais rapidamente possível às famílias.

Em democracia não há sistemas perfeitos, porque se os houvesse, nunca tomaríamos uma decisão em tempo útil. Temos é de criar e de ter as instituições que, depois, quando alguma coisa falha, intervenham. E isso aconteceu, senão não estaríamos com um caso em tribunal, mas sabemos bem que enquanto não há condenados são todos inocentes.

Portanto, como referi, considero que a maioria correu bem, porque tenho a expectativa de que foram criados todos os procedimentos para que tudo corresse bem. Mas não há sistemas perfeitos em democracia, senão não precisávamos de Ministério Público e não precisávamos de Polícia Judiciária, nem precisávamos de tribunais.

Com aqueles que, dentro das regras, dos procedimentos e dos mecanismos que foram criados e que tinham de conciliar a flexibilidade, a celeridade e a proximidade, considero que fizemos um trabalho importante e que cumpriu o seu objetivo.

Relativamente ao papel da CCDR Centro, não escamoteei que os municípios nos enviavam a maior parte dos processos, antes de estes serem agendados na ordem de trabalhos da Comissão Técnica, mas também não posso ignorar que isso não era obrigatório. Aliás, houve processos que foram analisados na Comissão Técnica sem terem passado pela CCDR, pois essa não era condição obrigatória.

Mas ainda bem que isso foi feito, porque significava que trabalhávamos em conjunto, significava que havia uma grande confiança no trabalho dos técnicos da CCDR, porque toda a ajuda era pouca.

Para as famílias, depois de fazerem o pedido de apoio à agricultura, que foi, de facto, aquele primeiro grande movimento — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada acompanhou-o —, voltar a preencher um simples requerimento era um calvário. Depois, não tinham a cópia... não tinham, sequer, o cartão de cidadão, muitos deles — porque arderam — e, portanto, muitas das vezes eram as câmaras que os ajudavam a ter esses documentos.

Não nego essa intervenção, tal como não a nego na análise dos pedidos de pagamento, mas era uma análise documental, porque quem fazia a fiscalização, quem mandava os autos de medição, eram as câmaras, que, depois, os enviavam à CCDR Centro e que, face aos valores... Uma vez que o Conselho de Gestão não tinha uma equipa técnica, era importante que alguém analisasse. Depois de a CCDR analisar, iam à Comissão Técnica, onde eram analisados — aliás, tenho aqui uma cópia do processo, que lhe posso facultar — e, depois, era a Comissão Técnica que validava o pedido de pagamento e era o Coordenador da Comissão Técnica que enviava à Comissão Técnica o pedido de pagamento.

Repare, estamos a falar de trabalho documental, que ainda bem que a CCDR fez e ainda bem que as autarquias se suportaram na CCDR. Estamos a falar de análise de autos de medição, depois de processos de aprovação.

Portanto, que eu saiba, nos processos analisados pela Inspeção-Geral de Finanças, que tem essa responsabilidade, nunca foi reportado qualquer problema na análise desses pedidos nem nos pedidos de pagamento, pelo contrário.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, para fazer um esclarecimento e pormos aqui um ponto de ordem, quando falamos em má aplicação de dinheiros públicos não falamos, necessariamente, em crime, portanto, não vamos confundir conceitos. Pode haver más aplicações e má justificação dos dinheiros sem que isso seja crime; apenas não foram devidamente aplicados e com o rigor necessário. Até porque, relativamente à questão da avaliação dos custos, das audições que fomos ouvindo, confiava-se na CCDRC. Basicamente, isto foi o que todos nos foram dizendo.

E diz o Tribunal de Contas, na página 85 da auditoria — para não dizerem que é o PSD que coloca obstáculos ou entraves —, que os valores dos apoios concedidos deveriam respeitar os valores de referência estabelecidos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento do Fundo REVITA, relativo aos custos máximos por m<sup>2</sup>, como sabe. E conclui, também, que não se obteve a evidência de que o respeito pelo valor máximo por m<sup>2</sup> tenha sido analisado. Dizia ainda o Regulamento do Fundo REVITA, que, quando não fosse respeitado era preciso justificar o porquê de não haver esse respeito. E essa justificação, daquilo que analisámos, não existe, em momento algum.

Portanto, tenho de lhe deixar esta pergunta: como podem os portugueses ter a certeza de que os seus donativos — porque, basicamente, estamos a falar de donativos dos portugueses! —, foram alvo da melhor gestão, observando esta regra da contenção de custos?

Mais: quem deveria ter esta missão, para garantir a observância deste critério tão importante, tratando-se de dinheiro dos portugueses, sobretudo quando falamos essencialmente de donativos? Porque a parte do Governo é residual, ou seja, do ponto de vista percentual, acaba por ser uma pequena parte em relação ao todo.

Parece-me que isto é muito importante, esta falta de justificação e de rigor, mas não se deve confundir com crime, porque não estou a acusá-la, em

momento algum, ou sequer a querer lançar o libelo de alguma atuação que tenha ou se revista de qualquer carácter criminal.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder, quando estiver preparada.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, de facto, nas páginas 85 e 86, é dito que «não se obteve evidência de que o respeito pelo valor máximo por m<sup>2</sup> tenha sido analisado. Esta matéria deveria ter sido abordada nas propostas e decisões de financiamento, tanto mais que eventuais desvios ao custo máximo exigiam fundamentação e assentimento expresso por parte do Conselho de Gestão. Não se identificou nenhum caso em que a matéria tenha sido analisada ou abordada. Não conhecemos, assim, prova de observância desta regra de contenção dos custos».

De facto, o Regulamento do REVITA estabelece, no seu artigo 17.º, que deveriam ser definidos os valores máximos de referência, por metro quadrado, em 840 €, mais IVA, nas situações de reconstrução e em 420 €, mais IVA, nas situações de reabilitação. Desconheço os eventuais casos em que estes valores possam ter sido ultrapassados, mas, ainda assim, são valores de referência que poderiam ser excedidos mediante proposta fundamentada.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a informação que tenho, de todos os técnicos da CCDR que participavam nas reuniões da Comissão Técnica é de que não foi proposta ao Conselho de Gestão a aprovação de reconstruções acima dos valores máximos de referência. Foi seguido o estipulado no artigo 15.º, que se baseava na opção pelo orçamento mais baixo de entre três orçamentos. Portanto, da informação que tenho, em nenhuma situação os valores de referência foram ultrapassados.



O Tribunal de Contas não referiu, aliás, nenhuma situação em que tenha sido atribuído apoio com valores por metro quadrado superiores aos custos de referência, tendo-os analisado a todos. O que o Tribunal de Contas refere, já o lemos, é que não obteve evidência de que o assunto tivesse sido analisado, mas, sublinho, as câmaras municipais podem informar se verificaram este parâmetro. Isso poderia, aliás, ter sido perguntado aos Srs. Presidentes de Câmara que já aqui estiveram, quando fizeram esses depoimentos. A informação que tenho é de que em nenhuma circunstância foi ultrapassado esse preço de referência.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira, na audição com o Dr. Rui Fiolhais, refere que quase todas as obras ultrapassaram o custo de referência. Desconhecemos a fonte dessa informação e a forma de cálculo, pelo que seria interessante, para melhor compreensão do assunto e esclarecimento, pedir um exemplo em que o custo de referência por m<sup>2</sup> tenha sido ultrapassado.

A atribuição dos apoios foi, inclusive, mais exigente, tendo-se estabelecido, independentemente dos m<sup>2</sup> — porque se fossemos aplicar o custo de referência à dimensão de algumas habitações iríamos chegar a valores muito elevados —, um limite máximo global de 149 500 € para cada obra. No máximo, repito.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Foi aqui referido,...

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Dê um exemplo!

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando estiver a fazer a sua audição eu deixo-a fazê-la, com todo o respeito, porque é assim

que costume fazer, está bem?! Agradeço-lhe o mesmo tipo de respeito à minha audição. É só isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — É tempo para respirar!

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos, Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, relativamente à questão dos preços, isso foi aqui referido por vários autarcas e foi dito, inclusive, que tal se devia ao facto de muitas vezes serem obras exigentes, mas que, no entanto, deixavam sempre essa avaliação à CCDRC, independentemente dos custos. Isto foi aqui dito por vários... Far-lhe-ei chegar esta informação mais tarde, porque não a tenho aqui neste momento, mas recordo-me perfeitamente disso, basta ouvir as audições.

Gostaria de passar para a agricultura, porque, senão, passamos uma audição sem falarmos de absolutamente nada.

Como sabe, foi feito um levantamento das áreas ardidadas e dos prejuízos ocorridos nas explorações agrícolas e pecuárias, pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, entre os dias 26 e 28 de junho, logo a seguir ao incêndio, no qual foi indicado um prejuízo total à volta de 19,3 milhões de euros, sendo que no relatório da CCDRC o prejuízo estimado foi de 21 milhões 967 mil euros. Ou seja, há aqui um diferencial de cerca de 12% e gostaria que mo justificasse, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, voltando à questão anterior, terá, certamente, tempo para verificar em que processos o preço de referência foi ultrapassado, se encontrar esses

processos. Eu tenho a informação da parte da equipa técnica da CCDR Centro — e gostaria que isso ficasse sublinhado —, informação que ainda hoje confirmei, de que não recordam qualquer situação em que o valor global tenha levado a que o valor de referência tenha sido ultrapassado. De qualquer modo, terá tempo, certamente, de encontrar e justificar com alguma situação concreta.

No caso da agricultura, Sr.<sup>a</sup> Deputada, apenas coordenámos e recebemos o levantamento das várias entidades. O que terá acontecido foi isto: recebemos um primeiro relatório com um valor e depois, à última hora, devemos ter recebido outro relatório — não encontramos esse relatório — que terá tido outro valor.

Portanto, assumimos essa diferença, mas devo referir que o levantamento foi apenas para termos uma noção dos custos. O que depois levou aos apoios foram as candidaturas e os custos que, efetivamente, cada um dos agricultores teve, quer nos casos que foram apoiados pelo Fundo REVITA, quer nos casos que, depois, foram apoiados pelo PDR (Programa de Desenvolvimento Rural).

Portanto, há, de facto, um lapso, que posso atribuir a uma informação de última hora, mas devo sublinhar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que o levantamento foi para isso mesmo, para termos uma noção da estimativa dos danos e podermos desenhar as medidas face aos danos estimados. Se bem que na agricultura já há, infelizmente, experiência de calamidades, de cheias, etc., e, portanto, a regra que se aplicou na agricultura, no caso dos fundos comunitários, foi a regra habitual. Isto, embora eu não possa entrar em detalhes no domínio da agricultura, porque a CCDR Centro não tem competências nessa área e não a acompanhámos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — De facto, Sr.<sup>a</sup> Ministra, tendo em conta o diferencial de valores em mais de 2 milhões de euros, a pergunta é-lhe dirigida porque o levantamento foi feito pela CCDRC e não por outra entidade. Portanto, diretamente sob a alçada, à data, da Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Relativamente a esta questão da agricultura, referiu algo que não posso deixar de focar e que é a questão da experiência do PDR, nomeadamente das operações 6.2.2. — que toda a gente conhece —, que são para as reposições do potencial produtivo quando afetado por fatores bióticos ou abióticos, como é o caso, precisamente, deste tipo de situações.

Tendo em conta estes prejuízos dos agricultores, houve uma reunião, ainda na zona Centro, na Casa da Cultura, a 21 de agosto de 2017, em que estiveram presentes agricultores e autarcas. Gostaria de saber se a Sr.<sup>a</sup> Ministra esteve presente nessa reunião ou se teve conhecimento do que acabou por decorrer dessa reunião.

*Neste momento, a Depoente acenou negativamente com a cabeça.*

Pedia-lhe que respondesse mesmo, Sr.<sup>a</sup> Ministra, por uma questão de registo.

O Sr. **Presidente**: — Feita a pergunta, vamos fazer uma pausa...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Tem de haver tempo para responder!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, em relação às duas perguntas que me fez, não estive presente na reunião nem tomei conhecimento do conteúdo dessa reunião.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, isto tinha que ver mesmo com o áudio, em que as respostas têm de ficar registadas e não apenas um abanar de cabeça, como deverá compreender. Foi apenas por causa disso que repeti a pergunta.

No entanto, relativamente à questão do PDR, e houve uma grande parte do REVITA que foi desviada para a agricultura, como sabe, ouvidas as várias versões que já aqui tivemos, nomeadamente a da audição do então titular da pasta, o ex-Ministro e atual colega Deputado Capoulas dos Santos — que, aliás, até o disse, de uma forma um bocadinho indignada, numa audição nesta Comissão —, foi aberta a medida 6.2.2., a partir dos 100 €, em que estavam abrangidos todos os danos para a agricultura, através de um regime já simplificado, que se repetiu depois em outubro, precisamente para atender às questões dos agricultores, em especial às questões daqueles que não tinham grande capacidade para depois recorrer aos processos. Mais: foram isentados de todas as taxas e havia apoio técnico para essas candidaturas.

Gostaria de saber, se conseguir explicar-me, porque é que acabou por se canalizar grande parte dos apoios do Fundo REVITA quando já existia o apoio público para os agricultores, sendo que, com isto, ao se tentar ajudar os agricultores — e bem, porque eles precisavam de ser ajudados — acabou por não se recorrer aos fundos a que se deveria ter recorrido. As segundas habitações, tão fundamentais na zona Centro, acabaram ou não prejudicadas por isso?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe desculpa, não vou prestar-lhe os esclarecimentos que me solicita porque não acompanhei esse dossiê.

Devo apenas referir que tudo o que pudesse ser feito por aquelas famílias era pouco. Devo dizer-lhe que, da experiência que tenho, o que as famílias mais valorizavam era o seu quintal e a sua cozinha. São pessoas muito simples, que têm uma vida muito simples, em que os animais e o pequeno quintal são, de facto, o grande centro da sua vida. Portanto, todos os apoios que foram dados neste âmbito serão, certamente, positivos.

Não acompanhei tecnicamente nem podia acompanhar, até porque depois, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, para além dos incêndios de junho tínhamos os incêndios de outubro, e eu já diria que quanto à agricultura era difícil acompanharmos. Portanto, não participei de qualquer decisão, nem tinha de participar, nem participei de qualquer reunião ou de qualquer análise de pedidos de apoio, nem me foi pedida opinião. Peço desculpa por não ser mais esclarecedora.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esta já é para lá da última, mas é mesmo a última questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, será mesmo a última, apenas para que não fique uma pergunta a meio, porque parece-me que acabaria por não ser bom para os trabalhos. Fá-la-ia na segunda ronda, o que acabaria por ser pior.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, a minha pergunta, relativamente a essa matéria, é muito simples: estes dinheiros, que poderiam ter sido obtidos de uma maneira, eram

ou não fundamentais para que aquela gente se sentisse menos esquecida, nomeadamente em relação às segundas habitações, as quais tiveram de ser excluídas por falta de verba?

Era só isto. Numa segunda ronda perguntarei aquilo que ainda não consegui apurar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para concluir.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que me pede é uma opinião, mas eu não lha vou dar, tendo em conta que aquilo que sei, de factos, é que foi criado um regime de apoio para segundas habitações. Também nisso, a Presidente da CCDRC, à altura, não teve qualquer decisão.

Portanto, foram dados os apoios às primeiras habitações e depois, através do Orçamento do Estado para 2018, foi criado um sistema de apoio para as segundas habitações. A decisão política foi a de tratar diferentemente o que se considera diferente. Devo dizer, a título pessoal, que nestes territórios as segundas habitações têm uma importância extraordinária porque, muitas delas, são casas de fim de semana, casas de férias.

A verdade é que a prioridade foi assim definida, politicamente, para quem não tinha um único teto, e, portanto, não queria alargar-me mais na minha opinião.

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP.

Sr. Deputado João Dias, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e, em particular, a Sr.<sup>a</sup> Ministra, na qualidade de Presidente da

CCDR Centro, na altura. Quero agradecer-lhe os esclarecimentos que prestou, e já muitos foram prestados que vão ao encontro do muito que esta Comissão pode apurar. Esperemos que, no final, se possa concretizar algo por que o PCP se tem batido nesta Comissão.

Há duas coisas que consideramos muito importantes. Uma delas é que se combata a ideia de que houve um aproveitamento da situação por parte das vítimas, e temos sido muito críticos quanto a isso nesta Comissão. Temos dito em todas as audições, e volto a dizê-lo nesta, que é a última audiência presencial, que o que o PSD trouxe a esta Comissão foi um lavar de roupa suja, criando uma situação em que, propositadamente, tentou ter algum aproveitamento político.

Mas, ao mesmo tempo em que somos críticos relativamente a essa matéria, pois vemos que as vítimas foram vítimas e nunca vigaristas, entendemos também que é importante que se faça uma avaliação dos apoios. A Sr.<sup>a</sup> Ministra referiu-se a este aspeto com alguma discrição, referindo até duas situações, na sua introdução: dizendo que os apoios foram corretamente atribuídos — a palavra que utilizou foi «corretamente» e não «devidamente» —, os que foram atribuídos; e, ao terminar o seu texto, falou também na ajuda perfeita. Para nós, PCP, a ajuda perfeita teria sido se estes territórios... Porque havia a ajuda perfeita, que era a de prevenir a ocorrência destes incêndios. Isso é algo que ficou de fora do escrutínio desta Comissão, ou seja, escrutinar as medidas que poderiam ter levado à prevenção destes incêndios ou, pelo menos, minimizar o impacto de uma catástrofe desta dimensão, porque não temos dúvidas nenhuma de que os territórios abandonados são mais vulneráveis.

Já irei à questão das segundas habitações, e corroboramos a apreciação que fez quanto à importância, à relevância, do papel das segundas habitações neste contexto e naquele território, mas depois não se percebe a incoerência dos apoios. Isto é algo que nos deixa perplexos: como é possível fazer-se



uma apreciação tão relevante relativamente às segundas habitações e, depois, haver uma incoerência, em função da apreciação da relevância, na justa medida dos apoios.

Ainda antes da questão das segundas habitações, Sr.<sup>a</sup> Ministra, quero começar por lhe perguntar como é que foi constituído o Conselho Executivo do Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra Ana Abrunhosa.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não sei se percebi bem... Conselho Executivo?! É que não há Conselho Executivo no Fundo REVITA.

O Sr. **João Dias** (PCP): — É Conselho de Gestão, desculpe.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Peço desculpa, estou cansada, tenham tolerância.

Não tive qualquer intervenção, nem no diploma, nem no Regulamento, que foi responsabilidade do Conselho de Gestão do Fundo REVITA e, portanto, sei apenas que era constituído pelo Sr. Presidente do Instituto da Segurança Social, por um representante das três autarquias, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão e, depois, por um representante das IPSS (instituições particulares de solidariedade social). Creio que era o Presidente do Instituto da Segurança Social, o Dr. Rui Fiolhais, e que o primeiro representante era o Sr. Presidente de Câmara de Pedrógão Grande... Não sei precisar, não sei esses pormenores... Depois, alguém das IPSS.

Sr. Deputado, eu acompanhava, verdadeiramente, as questões conceptuais e as dúvidas fundamentais que a equipa me trazia, mas a partir de outubro deixei de ter vida, passei a viver em função dos incêndios de outubro. Não quer dizer que as pessoas e as famílias dos incêndios de junho me merecessem menor respeito e menor dedicação, mas, em outubro, era a presidente da CCCR quem assinava e dizia «aprovo» ou «não aprovo»; em junho, não, pois não tinha intervenção direta nos processos individuais. A minha equipa reunia comigo, eu reunia com eles, eles socorriam-se de mim...

Recordo que aquando das eleições — houve eleições, na altura! —, a Sr.<sup>a</sup> Presidente de Castanheira de Pera, recém-empossada, pediu para falar comigo e eu recebi-a logo. Aliás, a Sr.<sup>a</sup> Presidente tomou posse num dia e eu reuni com ela no dia seguinte, para me dar conta de uma situação em que tinha suspeitas. Recebi-a logo, repito, apesar de estar submersa com os incêndios de outubro, e o conselho que lhe dei foi para ela colocar a questão à Comissão Técnica e dar conhecimento ao Conselho de Gestão.

Portanto, se me permitir, queria dizer-lhe, sem estados de alma — porque quando nós decidimos temos mesmo de criar uma carapaça —, que o que sinto hoje, três anos depois, é que as nossas vítimas estão sempre a ser «revitimizadas» e, muitas vezes, nem o argumento de que estamos a apurar a verdade é suficiente. Montou-se um monstro mediático à volta desta situação... e essa situação acompanhei. Só não falei com a família porque a minha equipa me disse «não fale, porque a pessoa está muito fragilizada».

O Fundo REVITA tinha 100 famílias com apoio e uma das famílias, por causa de situações televisivas e de a perseguirem verdadeiramente, desistiu do apoio. Portanto, esta questão penaliza-nos muito. Obviamente que todos temos de procurar a verdade e a transparência, mas acho que há limites e a nossa democracia tem instituições com os meios e as competências para investigar, fiscalizar, fazer escutas, analisar documentos.

O nosso modelo, que era o correto, era um modelo de rigor, porque tinha procedimentos, tinha regras, tinha mecanismos; era um modelo de responsabilidade, porque as famílias assinavam um termo de responsabilidade, sob honra, e os autarcas eleitos faziam uma declaração; era um modelo de confiança, mas era também um modelo que queria ser célere e de proximidade. Em calamidade tem de haver proximidade às vítimas, portanto, quem decide tem de estar próximo das vítimas, e os melhores modelos internacionais corroboram isto: quem decide tem de estar próximo das vítimas.

Portanto, nesse sentido, creio que tudo o que possamos fazer — e penso que esta Comissão também poderá dar esse contributo — para combater a ideia de que houve um aproveitamento por parte das vítimas já vai tarde.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — A Sr.<sup>a</sup> Ministra fez um esclarecimento que cortou grande parte da lista de questões que tinha para lhe colocar, mas devo dizer-lhe que, na minha introdução, esqueci-me de um aspeto muito importante que a Sr.<sup>a</sup> Ministra referiu e que quero também referir, que é o seguinte: se alguém teve algum comportamento ilegal, não compactuamos com ele e também não o aceitamos, mas entendemos que existem autoridades adequadas, com essa responsabilidade, e jamais entendemos que nesta Comissão poderíamos substituir-nos a isso.

Tendo em consideração que já fez um esclarecimento, que para nós é importante... Quando estou a colocar algumas questões, não estou a afirmar que aconteceram, quero é que exista um esclarecimento para que fique registado e para que se apure essa situação.

Nós sabemos, e foi aqui referido por muitos depoentes, a importância e o papel, com alguma relevância, que a Presidente da CCDR, na altura, teve em todo este processo. Sr.<sup>a</sup> Ministra, já que fez o acompanhamento, alguma vez, nas diversas reuniões, quer com o Conselho de Gestão, quer com entidades que tiveram responsabilidades no processo de apoios, identificaram que os apoios disponibilizados eram insuficientes, principalmente em termos de verba e, nomeadamente, no que tinha que ver com as questões das habitações?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Antecipando uma pergunta que o Sr. Deputado costuma fazer, sobre o que é que aprendemos com este processo, porque esta Comissão e a vinda a estas comissões também nos fazem refletir em todo o nosso trabalho, penso que, quando acontecem estas calamidades, a tendência é acorrermos e prometermos que vamos encontrar uma solução. Portanto, é normal que as famílias tenham sentido — e foi isso que sentimos, porque todas elas foram vítimas, quer as das primeiras habitações, quer as das segundas habitações —, naquele primeiro momento, que iríamos encontrar solução porque foram vítimas.

A verdade é que os meios disponíveis e os apoios criados foram para as primeiras habitações e decidiu-se distinguir as primeiras das segundas habitações. Portanto, uma lição para o futuro é a de que, quando estas calamidades acontecem, sejamos absolutamente claros, desde o início, sobre os apoios que estão disponíveis, quem é que vai ser apoiado e quem não vai ser apoiado.

Não estou, com isto, a fazer qualquer crítica, porque esta foi a primeira grande calamidade que tivemos e tratou-se de uma sucessão de calamidades, mas recordo que ficámos todos atordoados e que, certamente, todos

queríamos confortar as vítimas. Mas uma lição muito importante para o futuro é a de que, à partida, sejamos absolutamente claros sobre quem vai ter apoio e quem não vai ter apoio; que criemos um edifício institucional e legal para fazer face a todos os danos, em todos os contextos de calamidade, que cada vez são mais frequentes; e que, perante isso, o País esteja mais preparado e as pessoas sejam mais informadas sobre os apoios que têm e os que não têm para, depois, em função disso, decidirem a sua vida.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

**O Sr. João Dias (PCP):** — De facto, podemos perceber que os apoios não foram aqueles que correspondiam às perdas e nós, logo numa fase inicial, dissemos que foram muito mais as perdas a ajustarem-se aos apoios do que os apoios a ajustarem-se às perdas. Esta foi uma situação que conseguimos verificar, mas há uma ideia que também temos de esclarecer e que tem que ver com a capacidade das estruturas no próprio terreno.

Certamente que ninguém está preparado para uma catástrofe destas dimensões e, conhecendo o terreno, sabemos que, para aquela que é a sua dinâmica económica e agrícola, eles já tinham recursos e até serviços públicos muito reduzidos, com perdas progressivas de serviços públicos. Ora, de certeza que, na altura, a Sr.<sup>a</sup> Ministra se deparou com uma insuficiência de meios e de estruturas que pudessem responder à necessidade de todo o levantamento, à necessidade de resposta e de apoio, em termos do processo burocrático. Neste sentido, quero perguntar-lhe se, efetivamente, até por esta via, houve muita dificuldade em conseguir encontrar uma resposta que fosse suficientemente célere e respondesse de forma adequada a uma tão grande exigência como esta de apoio às vítimas.

Estou a falar das estruturas que deveríamos ter.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Deputado, aqueles dias foram indescritíveis, mas seriam indescritíveis se as câmaras tivessem 100, 200, 300 trabalhadores, porque o que era absolutamente angustiante era a incapacidade de as pessoas reportarem os próprios danos. Isto porque, nos primeiros dias elas perderam tudo e, portanto, não conseguiam sequer...

Hoje, acharmos que deveríamos ter pedido todos os documentos e confirmado com faturas, é normal, mas as pessoas não tinham um único documento, nem sequer que atestasse a sua identificação, e, portanto, a angústia era essa. Mas também lhe devo dizer, Sr. Deputado, que posso testemunhar uma adesão ímpar e única da sociedade, da Direção Regional de Agricultura... Foram vários técnicos para o terreno... Os grupos, as associações de desenvolvimento local, os presidentes de junta e as suas equipas foram extraordinários, não dormiam. Ou seja, a calamidade foi grande, teve várias dimensões e tivemos de definir prioridades.

Os presidentes de junta abriam as suas juntas de freguesia, a Direção Regional de Agricultura colocava lá os computadores e tinham técnicos para ajudar as pessoas a instruir as candidaturas. Pelo menos, eu apercebia-me disso porque estive lá três semanas, aquando dos levantamentos.

Portanto, Sr. Deputado, tivemos um compromisso, quer da administração local — e estou a falar das juntas de freguesia —, quer das câmaras, quer da sociedade civil, quer das associações, quer da Administração Pública, inexecutável. Vou dar o exemplo da CCDR: as pessoas que estavam de férias, interromperam-nas e não tivemos fins de semana. Dou-lhe este exemplo porque é o que conheço, mas sei que na Direção Regional de Agricultura fizeram o mesmo, no ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) fizeram o mesmo e nas câmaras municipais também fizeram o mesmo.

Sr. Deputado, o que aconteceu foi uma calamidade nunca vista. As pessoas não conseguem ter frieza nos primeiros momentos, mas depois encontram essa frieza, para começar a pensar e a organizar. Agora, tenho a certeza de que não foi por falta de empenho dos municípios ou das juntas de freguesia, não foi por falta de voluntários, não foi por falta de pessoas que os agricultores não submeteram os seus pedidos de apoio à agricultura, que as famílias não fizeram os seus requerimentos de pedido de apoio para a reconstrução das habitações e que as empresas — posso responder pelas empresas não-agrícolas — não tiveram apoio em tempo útil.

Aliás, o próprio Relatório do Tribunal de Contas considera que, apesar de alguma burocracia que exigíamos, foi feito em tempo considerado útil, um tempo que dá resposta às necessidades, face às carências e necessidades das famílias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — A Sr.<sup>a</sup> Ministra tem toda a razão. Não foi por falta de apoio, porque houve um empenho muito grande das diversas entidades e estruturas, mas o que é certo é que houve falhas, em termos dos apoios. Isso deveu-se, talvez, a opções políticas e essas são decisões que nós, democrática e legitimamente, criticamos.

Relativamente às segundas habitações, não é justo que se utilize... Ou melhor, é muito simplista dizer-se que a prioridade foi para quem não tinha um único teto. Quem ouve isto, naturalmente, tem de concordar! O PCP concordou sempre que a prioridade fosse para quem perdeu as primeiras habitações, isto nunca esteve em causa, mas não está em qualquer documento ou em qualquer ordenamento jurídico... Não encontramos nenhum documento onde se diga que as segundas habitações não tinham apoio, o que é dito, até no Regulamento do próprio Fundo REVITA, é que a prioridade

era, lá está, para quem não tinha um teto. Mas, depois, dar-se um tratamento diferenciado às segundas habitações... É sobre isto que quero questioná-la.

Quando, através do Orçamento do Estado de 2018, se transferiu a responsabilidade para as autarquias, nomeadamente com recurso ao Fundo de Apoio Municipal, isto veio criar uma iniquidade, para não dizer uma desigualdade, porquanto municipalizávamos os apoios e transferíamos encargos para as autarquias, porque esse Fundo de Apoio Municipal era um encargo que as autarquias tinham de assumir.

A questão que lhe faço, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é esta: não entende que isto criaria discrepâncias, como criou, nos apoios às segundas habitações, uma vez que cada município tem capacidades financeiras distintas e os apoios podem ser diferentes uns dos outros, quando a situação era a mesma?

Ou seja, o incêndio era o mesmo, a dimensão era a mesma, a situação em concreto era a da recuperação ou reabilitação de uma segunda habitação, mas, na verdade, não se deu um tratamento igual, quando se poderia ter dado, muitas das vezes. Se olharmos para trás para avaliar as segundas habitações em causa, são alguns poucos milhões de euros de que estamos a falar. O Fundo REVITA foi reforçado, por parte da segurança social, com dois milhões e meio de euros. Provavelmente, se o tivesse reforçado com outros dois ou três milhões de euros, por aquilo que tenho avaliando e pelas contas que vamos fazendo, teríamos respondido à recuperação das segundas habitações.

Hoje, temos habitações devolutas, com o tal papel e a tal importância, porque houve uma opção política de não apoiar essas segundas habitações e de diferenciar o tratamento numa situação que era precisamente igual.

É sobre isto, Sr.<sup>a</sup> Ministra, que também quero que deixe a sua opinião.

Pegando na relevância da segunda habitação em termos do território, como já atribuiu, não entende que foi dado um tratamento que não deveria ter sido dado?



O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder ou comentar.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — O Sr. Deputado pede uma opinião e eu, estando aqui como ex-Presidente da CCDR, não vou dar a minha opinião. O que vou dar-lhe são os factos, e são estes: as primeiras habitações não são, de todo, equivalentes às segundas habitações.

Em Pampilhosa da Serra, por exemplo, arderam dezenas e dezenas de segundas habitações e algumas famílias já não iam lá há 10, 20 anos. Quando se criou este clima de desconfiança, de que as vítimas se estavam a aproveitar, duvido que muitos municípios, perante este mesmo clima de desconfiança, quisessem entrar num processo de decidir — depois, teriam de ser eles a decidir, porque o processo, a ser semelhante ao das primeiras habitações, ditava que teriam de ser eles a decidir — quais eram as segundas habitações que eram apoiadas, ou não.

Devo dizer-lhe que, de facto, temos segundas habitações de pessoas, e testemunhei isso... Nós não tínhamos contacto com as famílias, o único contacto que tivemos foi aquilo a que pudemos assistir, às filas e filas na Câmara Municipal de Pedrógão Grande, porque as pessoas iam lá e eles tinham técnicos que as ajudavam a preencher os requerimentos, os pedidos de apoio. Como dizia, muitas das segundas habitações que arderam eram casas devolutas; muitas, as famílias nem sequer sabiam onde ficavam e, portanto, eu ia à Câmara Municipal pedir-lhes ajuda para identificarem a casa ardida.

Depois, Sr. Deputado, perante o clima de desconfiança que se instalou, tenho muitas dúvidas de que as autarquias — e agora já lhe estou a dar uma nota mais pessoal — quisessem entrar num processo de escolher quais eram as segundas habitações que iriam ter apoio, ou não.

Volto a sublinhar que, enquanto política, enquanto cidadã com um grande apreço por estes territórios, considero que a recuperação das segundas habitações... Ou seja, considero que termos casas devolutas, casas abandonadas, nestes territórios é, de facto, um problema, mas é um problema que os incêndios vieram sublinhar, porque ele já existia.

Portanto, temos de olhar para este problema e de perceber o que podemos fazer, e a Assembleia da República também pode ter uma voz e um papel, para futuro, neste dossiê.

Reconstruímos habitações — e posso dizer-lhe que, em outubro, também aconteceu isso — que estão ao lado de habitações devolutas, que arderam e já estavam devolutas antes dos incêndios. Portanto, esta questão das segundas habitações, ou das habitações devolutas, é um problema que temos mesmo de encarar com seriedade, para futuro.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria também cumprimentar — e, com todo o respeito, permita-me que me dirija a si desta forma — a Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa. Faço-o, porque quero mesmo, propositadamente, separar águas. Porque está aqui enquanto ex-Presidente da CCDR Centro, quero, com este meu trato, manter isso claro até ao fim.

A primeira pergunta que trazia para lhe fazer, já a respondeu, francamente, amiúde. Tinha que ver com o contexto em que a CCDR participou concretamente no Fundo REVITA e, depois, nas diversas frases que referiu. De qualquer modo, quando fez essa exposição, disse-nos que participou na coordenação e inventariação dos danos, na elaboração do

relatório desses danos, no apoio à reposição das empresas e, depois, das infraestruturas municipais. E não só, fez outras referências.

A minha primeira pergunta tem uma razão muito objetiva e as palavras da Sr.<sup>a</sup> Professora fazem-me, efetivamente, trazer este assunto. É eminentemente política a constituição desta Comissão, com objetivos muito claros. No nosso entendimento, o PSD não quer esclarecer rigorosamente coisíssima nenhuma, até porque, ao longo do tempo, os dados de que vamos tomando conhecimento tornam-se públicos e conhecidos, pelo que, com facilidade, chegaríamos a eles. Isto tem que ver com outras coisas.

De facto, há uma posição pré-definida que o PSD — e, hoje, a primeira inquirição que foi feita é, também ela, mais uma prova disso — tem a intenção de provar. Tem uma ideia pré-definida das coisas e quer passá-la para a opinião pública.

A propósito disso, e porque, efetivamente, a CCDR teve intervenção num conjunto de situações que aqui referiu, a Sr.<sup>a</sup> Professora tem conhecimento, obviamente, da Resolução da Assembleia da República n.º 17/2020, que é aquela que define a Comissão de Inquérito, mas que só tem publicada a parte resolutiva, não tem o preâmbulo.

O preâmbulo, apresentado pelo PSD, relativamente à constituição potestativa desta Comissão de Inquérito, refere, a dado momento, o seguinte: «Perante a aparente irregularidade do processo que envolve a atribuição de apoios à recuperação de habitações, de empresas, de equipamentos públicos e privados e à reposição do potencial produtivo nestes concelhos afetados»... Este é o fundamento da constituição desta Comissão de Inquérito.

Como a Sr.<sup>a</sup> Professora referiu que a CCDR está envolvida em parte destas questões, e não só na vertente REVITA/habitação, tenho de fazer-lhe esta pergunta: como é que interpreta este fundamento para o avanço da constituição de uma comissão de inquérito? Foram assim tantos os erros, as irregularidades e as ilegalidades?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, no caso das habitações, já enquadrei a intervenção da CCDR Centro.

Quanto ao Fundo REVITA, também já foi auditado. Há uma auditoria a que demos grande relevo, para além da auditoria do Tribunal de Contas, que foi feita com enquadramento especial: as auditorias da Inspeção-Geral de Finanças, que concluem pela regularidade na aplicação dos fundos e pela regularidade na utilização dos donativos. Portanto, em relação a isso, mantenho e sublinho a postura que tivemos sempre, não só de grande rigor, mas também de grande proximidade e celeridade neste processo.

No que toca aos apoios às empresas não-agrícolas, através dos fundos comunitários, e aos apoios aos equipamentos e infraestruturas municipais, tivemos de reprogramar o Programa Operacional. Portanto, tivemos auditorias específicas da própria Comissão Europeia e da própria Inspeção-Geral de Finanças, canalizadas para esse dossiê. Nessas auditorias, não tivemos reparos de erros e não tivemos reparos por aplicação indevida de fundos.

Portanto, encaramos esta Comissão Eventual de Inquérito com grande tranquilidade, esperando que ela contribua para convencer os portugueses, que foram generosos, de que valeu a pena a sua generosidade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Uma vez que fizemos referências ao papel da CCDR, e porque já deu um conjunto de testemunhos sobre o estado da arte, na altura, do território e do estado de alma das próprias pessoas que foram afetadas, eu agarraria nessa questão para nos levar até ao Relatório do

Tribunal de Contas, também já aqui citado, mas numa vertente diferente daquela que temos agora.

Aliás, eu faria aqui uma referência ao Conselho de Gestão do REVITA, que entende que o Tribunal de Contas desvalorizou as circunstâncias de emergência em que se processavam os apoios. Na construção do Relatório do Tribunal de Contas, quando fazemos a sua leitura, parece-nos que está a ser analisado um modelo teórico, quando estamos perante uma situação de emergência, numa situação ímpar e mesmo singular, eu diria, uma excecionalidade.

Sr.<sup>a</sup> Professora, diga-nos, se faz favor, que interpretação faz da forma como o Tribunal de Contas elaborou este Relatório, relativamente a esta matéria da perceção clara do que estava, e esteve, no terreno.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, devo dizer que quando li este Relatório estava de férias, tinha tirado dois ou três dias, e nessa noite não dormi, porque só imaginava o estado de alma dos técnicos da CCCR, dos técnicos das câmaras... Este Relatório foi feito uns anos depois, com um modelo que pressupõe as melhores práticas internacionais e, face a essas melhores práticas, analisa os procedimentos adotados. Portanto, não faz aquilo que seria normal numa auditoria, ou seja, analisar os procedimentos segundo o que a lei tinha estipulado.

Aliás, o Relatório tem contradições e, do que li, a Sr.<sup>a</sup> Deputada do PSD já encontrou uma delas, porque, às tantas, o Relatório diz que não foi envolvida a comunidade, mas depois refere que foram feitas reuniões nas câmaras...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Eu?! Eu não!

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Pois, não sei quem foi, mas do que li, alguém referiu e sublinhou essas aparentes contradições.

Enquanto, num momento, diz que as comunidades não foram envolvidas, a seguir, reporta reuniões feitas pelas câmaras, pelas juntas de freguesia... Portanto, o sentimento que tive foi de grande injustiça face ao trabalho que fizemos naquele contexto.

Este Relatório foi feito vários anos depois, por quem não tem a mínima noção do que é uma situação de calamidade, só lhe posso dizer isto, e por quem — e não queria falar em nome do Tribunal de Contas — acha interessante fazer um exercício teórico de comparar a aplicação do Fundo REVITA com as melhores práticas internacionais.

Portanto, dois anos depois, é muito fácil, num gabinete confortável, com ar condicionado, fazer aquilo que... não só não tendo em conta as circunstâncias, mas até, eu diria, entrando em contradição em alguns aspetos. Mesmo no que toca aos levantamentos, dá-lhes uma importância obsessiva quando, mais adiante, diz e reconhece que os levantamentos foram feitos em condições dramáticas, em que as famílias nem estavam lá.

Portanto, por um lado, dá uma importância extraordinária aos levantamentos, quando nós sabíamos que os levantamentos não davam direito ao que quer que fosse, eram apenas para termos uma noção dos danos e, depois, em função disso, serem desenhadas as medidas. Na minha opinião, dá uma importância excessiva aos levantamentos, mas, mais à frente, reconhece que, pelas condições em que foram feitos, esses levantamentos teriam de ser imperfeitos, pelo que, depois, na execução, teríamos de melhorar.

Portanto, a sensação que tenho, quando ainda hoje leio este Relatório, é a de que o Tribunal de Contas foi, no mínimo, insensível quando concebeu fazer esta auditoria.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Vamos, agora, à especificidade dos processos, à sua instrução e mesmo à parte da avaliação.

Quantos pedidos de apoio foram avaliados, por parte da Comissão Técnica?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa, mas não tenho essa informação, porque eu não entrava no detalhe destes números. Mas sei que foram avaliadas centenas de pedidos e nem todos foram aprovadas, naturalmente. E também sei que muito dos pedidos que chegaram junto das câmaras nem sequer eram encaminhados para a Comissão Técnica, porque as câmaras faziam uma triagem e, portanto, apenas encaminhavam aqueles que consideravam estar em condições de obter apoio.

O Sr. **Presidente**: — Para prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Sendo assim, também não sabe o número de rejeições desses pedidos de apoio, mas sabe que elas existiram, de facto.

Relativamente ao levantamento inicial, a que há instantes acabou de fazer um conjunto de referências, sabe-se que houve alterações, por circunstâncias que também já aqui foram tocadas. Tem ideia da dimensão dessas alterações e, *grosso modo*, das razões para a necessidade desses acertos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, segundo o que estive a rever para me preparar, uma parte dos levantamentos foi feita pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e outra parte pelos municípios, como, aliás, o próprio Relatório do Tribunal de Contas refere. Devo dizer que, no caso de Castanheira de Pera, o número de apoios foi menor do que aquele que constava do levantamento inicial e no caso de Pedrógão, o número de apoios foi maior do que aquele que constava do levantamento inicial.

Volto a referir que o facto de constar ou não no levantamento não dava direito ao apoio. O que dava direito ao apoio era ser habitação permanente, portanto, muitos dos levantamentos... E quais foram as justificações que dadas? Devo dizer que quem fez os levantamentos fê-los com base em informações que os presidentes de junta ou os elementos da câmara prestavam, porque nós nem tínhamos as famílias nem tínhamos documentos sobre as habitações — quando digo «nós», o IHRU ou as câmaras — quando, freguesia a freguesia, se faziam esses levantamentos. Portanto, quem apoiou o IHRU ou, no caso, as câmaras, fê-lo com base na informação de que as câmaras e as juntas de freguesia dispunham.

Quando se classificavam as casas como primeira ou segunda habitação, na maior parte das vezes, os proprietários nem lá estavam. Era muito mais fácil quando os proprietários lá estavam, mas havia muitas situações em que os proprietários não estavam. E, muitas das vezes, aparentemente, as habitações não tinham sido danificadas, mas depois, quando começaram as chuvas, começou a chover dentro das casas. Porquê? Porque os incêndios atingiram temperaturas muito elevadas. Aliás, todos nos lembramos de ver na televisão as jantes de alumínio dos carros ardidas, e



isso só acontece com mais de 800 °C de temperatura — pelo menos, foi o que nos foi explicado, na altura —, e, portanto, as grandes temperaturas, com a água, levaram a que houvesse estruturas nas casas, telhados e paredes, que aparentemente não tinham prejuízos, mas que, depois, começaram a rachar e, quando veio a chuva, começaram a permitir a infiltração da água.

Muitas vezes, aparentemente, a parte da frente da casa não tinha prejuízo, mas a parte de trás estava ardida e as famílias não estavam nas habitações, porque muitas delas eram pessoas idosas e os familiares foram buscá-las para as suas casas.

Volto a referir que os elementos que deram informação ao IHRU nos casos em que as famílias não estavam presentes, que eram as juntas de freguesia e as câmaras, e que disseram ao IHRU ou escreveram nas fichas que as casas eram de primeira ou segunda habitação, foram exatamente os mesmos elementos que, depois, mudaram esses levantamentos quando se verificava que havia incorreções, e nunca tivemos, da parte... Volto a referir que, no caso de Castanheira de Pera, o número de casas permanentes danificadas no levantamento foi maior do que os apoios. No caso de Pedrógão, onde a dimensão do problema foi muito, muito maior, o número de casas apoiadas foi superior ao do levantamento, por situações que acabei de descrever.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Já aqui nos falou da análise documental dos processos de apoio. Em que circunstâncias é que havia, por parte da Comissão Técnica — é disso que estamos a falar —, tira-teimas com recurso a idas ao terreno? Ocorreu muitas vezes? Como é que se passou esse processo?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, como é que se passou esse processo?

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nunca participei nessas reuniões, mas, do que percebi, porque queria saber como funcionavam, era assim: quando os requerimentos estavam instruídos, a cópia era enviada para a CCDR; os técnicos da CCDR interagiam com os técnicos das câmaras — volto a referir que nem todos os processos que foram à Comissão Técnica tiveram este procedimento; depois, o Presidente da Comissão Técnica agendava as reuniões; na Comissão Técnica, os processos eram apresentados pelo presidente de câmara respetivo; e, depois, os documentos eram analisados por toda a Comissão Técnica.

Quando havia dúvidas, e houve, em muitas situações — aliás, as atas são públicas e podem ser consultadas —, muitas das vezes, os processos eram recusados ou eram solicitados mais elementos, do que sei, e houve situações em que a Comissão Técnica foi ao terreno. Aí, quando iam ao terreno, quem determinava o procedimento para cada processo apresentado era o Coordenador da Comissão Técnica, mas creio que com o apoio de todos os elementos da Comissão Técnica.

Portanto, sei que houve processos que foram recusados, sei de processos em que houve pedidos de reanálise e de junção de elementos adicionais e sei que houve situações em que as equipas foram ao terreno. Lembro-me de uma situação, em particular, que um dos técnicos conta sempre, em que ele dizia «não acredito que esta casa é de primeira habitação», porque não tinha conta de água, não tinha conta de luz e não tinha, sequer, morada fiscal, mas foram a casa daquela família, que era paupérrima, e, quando a visitaram e falaram com os vizinhos, não tiveram quaisquer dúvidas de que era habitação permanente. E faltavam todos os

documentos no processo! Lembro-me de essa ter sido uma das situações que nos foi reportada, em que o chão da casa até era em terra batida.

Portanto, foram estas situações que, muitas vezes, encontrámos no terreno.

Penso que respondi com clareza à questão da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Respondeu, com certeza.

Esses exemplos são particularmente importantes e, de facto, o PSD nunca consegue entender porque é que não há uma unanimidade de comportamento. Ou seja, há um processo que não tem documentos, exatamente porque os documentos não existem, mas isto não significa que a família — infelizmente, paupérrima — não existisse e não precisasse de acolhimento. Aliás, não é a primeira vez que temos testemunhos destes, muito importantes para que quem nos está a ouvir perceba que, se deu um donativo, deu-o muito bem.

Gostava de lhe perguntar também, Sr.<sup>a</sup> Professora, como é que a Comissão Técnica, mas em particular a CCDR, articulou com as instituições privadas, não só com aquelas com quem foi assinado protocolo, mas com as instituições com quem não foram assinados protocolos, até porque o objetivo era não haver duplicação dos apoios. Isso foi conseguido? Como é que tudo isso funcionou?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, devo dizer que foi das situações em que tive uma intervenção pessoal,

falando com o Sr. Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, falando com a Eng.<sup>a</sup> Luísa Valle, da Fundação Calouste Gulbenkian, e com o Padre Luís, da Cáritas Diocesana de Coimbra.

A ideia era que não houvesse duplicação de apoios e esta interação foi até importante numa das situações, porque, quando estas instituições informaram a CCDR das casas que tinham acordado com as câmaras municipais, informámos o Padre Luís Costa, da Cáritas Diocesana de Coimbra, de que uma das casas tinha um seguro muito elevado, o qual permitia a reconstrução da habitação — penso que, no seu testemunho, ele terá referido isso.

Portanto, a primeira articulação foi feita por mim, pessoalmente, pedindo que viessem reunir connosco, mas as articulações posteriores foram feitas... isto das entidades que realizaram o protocolo. Devo dizer que todas as casas que estas instituições reconstruíram foram validadas pela Comissão Técnica e pelo Conselho de Gestão. A reconstrução das casas era, em alguns casos, articulada com as câmaras municipais, mas depois essa decisão era validada pela Comissão Técnica. Mesmo nalgumas circunstâncias em que a CCDR interveio, houve sempre a posterior validação pela Comissão Técnica e pelo Conselho de Gestão.

Nas outras situações, não tive mais contacto. Houve outras instituições, que eu até desconhecia, que trabalharam no terreno, mas que prestaram um papel absolutamente... não só na reconstrução de casas, mas no apoio social... Por exemplo, no caso da SIC Notícias, ou melhor, da SIC Esperança — peço desculpa, estou cansada e peço a vossa compreensão —, que não assinou o protocolo, eles reportavam religiosamente e davam-nos informação, a nós ou à Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que era quem tinha também a missão de recolher os dados para depois o Conselho de Ministros prestar também contas. Portanto, mesmo essas

instituições, não tinham o mínimo problema em nos reportar as casas que estavam a ser alvo de intervenção, o estado em que estavam, etc.

Não tendo feito protocolo, não tinham o menor dos... Pessoalmente, falei com os dirigentes e representantes das instituições que assinaram protocolo, com as outras instituições não falei, mas sei que trocavam regularmente informação com os elementos da Comissão Técnica.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): —Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Professora, temos dois aspetos interligados. Uma vez que a celebração dos contratos de empreitada não era feita com base no REVITA, pergunto: então como é que eram feitos?

Isto, para esta situação ficar clara e não só escrita no papel.

Depois, sobre as prioridades de construção, e obviamente que estamos a falar das habitações permanentes, havia um leque, uma hierarquia de prioridades. No entanto, da leitura que fizemos dos documentos, verificámos que se observava no terreno que havia assimetrias relativamente a essas prioridades.

Gostaria que nos esclarecesse, se faz favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: —Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nas casas do Fundo REVITA, quem fazia os contratos e contratava as empresas de construção eram as famílias e, depois, as câmaras municipais... Estou a dizer isto porque foi a informação que a equipa sempre me transmitiu, não porque eu tenha acompanhado pessoalmente.

Portanto, no caso do Fundo REVITA, depois de concedido o apoio, eram as famílias que adjudicavam a obra. Depois, para terem o pagamento, eram as câmaras municipais que fiscalizavam e que recolhiam os autos de medição. Depois, esses elementos eram todos enviados pela câmara municipal, como já disse, para a CCDR, que analisava documentalmente — até para fazer um controlo, por cada habitação, dos pagamentos que já tinham feito e do que faltava pagar — e fazia um dossiê, que ia à Comissão Técnica. Aí, sim, o Presidente da Comissão Técnica validava ou não, por escrito, o pagamento, e era com base nisso que o pagamento era depois autorizado pelo Conselho de Gestão.

No caso das outras entidades, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não perguntou, mas eram elas que faziam os contratos e faziam os projetos.

Creio que o facto de termos várias entidades no terreno tenha, muitas vezes, levado a esta perceção de que as prioridades não foram cumpridas. Isto porque, depois da aprovação do financiamento, quer por parte destas entidades, quer por parte do Fundo REVITA, muitas vezes, eram as famílias que queriam aquele empreiteiro — porque era da sua terra ou porque já estava a fazer outras obras — e isso também condicionava o atraso nas obras, até de obras que a própria Comissão Técnica e o Conselho de Gestão consideravam prioritárias.

Portanto, cada situação era uma situação. O Conselho de Gestão poderia ter considerado prioritário e ter apoiado, mas, muitas vezes, a construção das casas iniciava-se mais tarde, por opção das próprias famílias, porque tinham casa, estavam abrigadas, mas queriam, por exemplo, que fosse determinada empresa a fazer, pois conheciam o empreiteiro; ou porque eram entidades diferentes, no mesmo território, a fazer os processos de reconstrução, e, portanto, havia velocidades diferentes a fazer o projeto e os próprios processos de construção.

Mas sempre senti uma grande sensibilidade pelas situações sociais e, portanto, posso e devo dar nota dessa grande preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra, para terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é mesmo para terminar, não demoro muito mais tempo.

Já falámos da questão da pressão mediática, dessa insistência, e a Sr.<sup>a</sup> Professora também já sobre ela se pronunciou, aceitando a sua existência clara. Aliás, como todos nós verificámos.

Esta pressão mediática ou outras insistências fizeram, de algum modo, precipitar decisões sem a devida ponderação? É uma matéria que também sido muito abordada nesta Comissão e convém que os testemunhos a vão esclarecendo.

Por fim, a pergunta em relação à qual me parece inevitável recolher a sua opinião, Sr.<sup>a</sup> Professora: o Fundo REVITA foi importante para este processo?

Obviamente que peço a sua opinião, à luz da realidade e não da fantasia, como é evidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a partir de determinada altura, eu já não lia nem ouvia ou via televisão. Quanto a essa pressão mediática, claro que todos os que estávamos a trabalhar a sentíamos, mas, a partir de determinada altura, ela não tinha qualquer efeito em nós. O que tinha efeito em nós era vermos o sofrimento e a angústia das pessoas e, portanto, nunca essa pressão mediática nos fez perder a devida ponderação. Nunca!

A única coisa que nos mobilizava e nos tirava o sono — uma coisa que eu via na minha equipa, que via nos presidentes de câmara, que via nas equipas das câmaras e das juntas de freguesia e que via na Administração Pública — era a urgência de fazer chegar a ajuda a quem precisava.

Porque nós, depois, temos de nos isolar do ruído e temos que focar. Eu fazia reuniões semanais — em junho e, depois, com menos regularidade, em outubro — e o primeiro exercício era de catarse, de «saiu isto, saiu isto, saiu aquilo», porque as pessoas se sentem muito injustiçadas, e eu só tinha uma palavra a transmitir à equipa, que era esta: «vamos concentrar a nossa energia, a nossa inteligência, a nossa vontade naqueles que precisam». Portanto, de forma muito honesta, a partir de determinada altura, essa pressão mediática não tinha pressão alguma sobre nós.

Depois, não tenho a mínima dúvida de que o Fundo REVITA foi absolutamente fundamental. Absolutamente fundamental, repito. Foi célere, foi rigoroso e foi um modelo de proximidade, porque foi ele que permitiu dar o apoio de que as famílias necessitavam.

Devo dizer que a CCDR foi a que teve o menor dos contributos. Aquela cujo papel devemos salientar é a Direção Regional de Agricultura, que fez um trabalho extraordinário no acompanhamento e no apoio que deu na instrução das candidaturas, quer ao PDR quer àquelas candidaturas que foram apoiadas pelo Fundo REVITA. Estou a falar, por exemplo, do Fundo Ambiental, que abriu candidaturas para os municípios fazerem aquelas obras por causa dos incêndios. Estou a falar das juntas de freguesia, que faziam sessões de esclarecimento e que, no início, tinham as juntas abertas com os donativos.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, devo dizer-lhe que não tenho a mínima dúvida de que o Fundo REVITA foi muito, muito importante.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Ministra.



Passamos agora ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, partindo do princípio de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso nos está a acompanhar.

Está a acompanhar-nos, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Estou a acompanhar, sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem então a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Gostaria de começar por cumprimentar... na Assembleia da República...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, houve um problema técnico, pelo que vou pedir-lhe o grande favor de recomeçar.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Gostaria de começar por cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que contribuem para esta audição da Comissão de Inquérito.

Cumprimento também, em particular, a Sr.<sup>a</sup> Ministra Ana Abrunhosa, que ouvimos na qualidade de ex-Presidente da CCDR Centro, à data dos incêndios. Não só agradeço a sua apresentação inicial, que muito esclareceu quanto à contribuição da CCDR, o seu papel, as suas competências e o que levou a cabo neste processo, bem como aquilo que já foi dito em resposta às perguntas colocadas pelos anteriores grupos parlamentares.

Também tive algumas dificuldades com o som, pelo que peço antecipadamente desculpa se algumas das minhas perguntas forem repetidas ou já tiverem sido abordadas e constarem das atas que estão a ser lavradas.

Antes de iniciar as perguntas, gostaria de deixar uma palavra inevitável às vítimas desta situação terrível que traumatizou todo o País e, de maneira muito mais próxima, as pessoas que foram vítimas diretas ou indiretas desta situação de grande sofrimento, que causou uma onda de solidariedade.

Quero deixar claro que esta Comissão de Inquérito, pelo menos do ponto de vista do Bloco de Esquerda, não pretende, de modo algum, contribuir para «revitimizar» as populações, nem para lançar sobre elas suspeitas de comportamentos errados generalizados, mas, do nosso ponto de vista, pode ter alguma utilidade, já que estamos aqui, para analisar os processos, compreender os erros e contribuir para mudanças que, caso uma terrível tragédia como esta se repita — esperemos que não! —, haja um procedimento ainda mais correto. Por muita atuação que haja *a posteriori*, se não houver políticas públicas que dinamizem os territórios, nomeadamente estes concelhos do Pinhal Interior, se não houver uma mudança significativa nas políticas, designadamente de gestão e de ordenamento da floresta, corremos o risco de situações como estas se repetirem.

Portanto, gostaria de perguntar e de tentar esclarecer algumas das coisas que já foram ditas. A Sr.<sup>a</sup> Ministra esclareceu aqui quais foram os trabalhos da CCDR e, numa entrevista ao *Expresso*, de 2020, disse especificamente que a CCDR foi afastada. Gostava que esclarecesse o que é que levou ao afastamento da CCDR, após essa fase inicial.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, espero que me consiga ouvir em condições.

Antes de responder à sua questão, queria dizer-lhe que não poderia estar mais de acordo com a importância que estes territórios têm para o nosso

País, até pelas funções que exerço, e com a importância de todo o investimento que fazemos neste território para que, no futuro, façamos a prevenção destes e de outros eventos.

Quando dei essa entrevista ao *Expresso*, disse, ou poderei ter dito, que a CCDR foi afastada, mas, quando escrito fora do contexto, isso parece uma coisa negativa. Não é assim. Quando eu disse, ou poderei ter dito — não me recordo agora —, que foi afastada, foi porque a CCDR passou a ter funções na Comissão Técnica e, portanto, deixou de ter o papel coordenador que teve numa fase inicial, na fase dos levantamentos. E ainda bem que assim foi, porque só assim foi possível que, nos incêndios de outubro — aí, sim —, tenhamos assumido o papel de coordenação, supervisão e fiscalização. Portanto, nos incêndios de outubro, a CCDR foi a responsável por tudo o que correu bem e por tudo o que correu mal, mas foi, sobretudo, a responsável por tudo o que possa ter corrido menos bem.

Daí eu ter referido o nosso afastamento, o que não foi com uma conotação negativa, foi antes para enquadrar o nosso papel face a uma fase inicial, em que a CCDR coordenava o processo de levantamento, mas era uma coordenação na qual contava com uma equipa multidisciplinar fantástica. Portanto, fizemos o trabalho mais fácil, que foi o de recolher os relatórios parciais e de os resumir num único relatório.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não foi num contexto negativo que terei feito essas afirmações, porque estive sempre muito confortável, enquanto Presidente da CCDR, com o modelo adotado na gestão do Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, como Presidente da CCDR, remeteu ao Ministério Público, em agosto, 21

processos, no âmbito de alegadas irregularidades na reconstrução de habitações após os incêndios de Pedrógão Grande.

Nessa mesma entrevista, de janeiro de 2020, referiu, e cito, que «todos saímos mal de Pedrógão», falando concretamente da reconstrução. Parecem encontrar-se aqui diferenças bastante significativas em relação ao seu discurso, à sua apresentação de hoje, mas também em relação ao discurso do Sr. Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, que, ainda ontem, aqui reiterou um balanço extremamente positivo.

Como é que explica esta diferença? «Saímos bem» ou «saímos mal»? «A CCDR saiu bem» ou «o Fundo REVITA saiu mal»? Como é que explica esta discrepância?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mais uma vez, isso é o que acontece quando as afirmações são escritas a seco e sem mais contexto.

Penso que, enquanto portugueses, todos nos sentimos mal com Pedrógão. Tivemos uma adesão massiva de solidariedade por parte dos portugueses e, depois, quem viveu outubro como a CCDR viveu, em que essa generosidade desapareceu, em que tivemos um espetáculo mediático de situações absolutamente injustificadas, penso que, enquanto comunidade, todos nos sentimos mal e todos saímos mal deste processo, no sentido em que o nosso sentimento face a esta situação é de angústia. Não quis, com esta afirmação — nem nunca foi essa a minha intenção nas declarações que fiz ao *Expresso* —, dizer que considerava que o processo do Fundo REVITA correu mal. Não!

Quando disse que «todos saímos mal», estava a falar do sentimento que temos, face ao grande esforço, ao grande rigor e à grande energia que muitos puseram neste processo, por terem sido veiculadas na comunicação social tantas e tantas situações que apenas voltaram a transformar as vítimas em vítimas, o que depois deu origem a que, nos incêndios de outubro, tenhamos sentido que os portugueses não estavam disponíveis para ser generosos e solidários porque estavam desconfiados. Portanto, enquanto comunidade, mantenho esse sentimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, nessa mesma entrevista, afirmou que, se pudesse atuar de forma diferente na atribuição dos apoios à recuperação dos concelhos afetados pelo grande incêndio de 2017, faria com que todos os fundos fossem centralizados e criava uma estrutura de missão com poderes efetivos de fiscalização.

Porque é que não foi organizada dessa forma a atribuição dos apoios e respetiva fiscalização?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, dois ou três anos depois, é fácil tirarmos lições e, de facto, essa é uma lição para o futuro, a de que, nestas calamidades — e é uma postura que mantenho —, todos os fundos devem ser centralizados e deve haver uma gestão centralizada e uma fiscalização segregada dessa gestão, como é normal nestes processos. Portanto, mantenho o que disse.

Na altura, fizemos, com toda a celeridade, aquilo que, numa primeira calamidade de uma dimensão que nunca nos tinha atingido, e com grande intervenção da generosidade dos portugueses no território... Portanto, na altura, o nosso grande objetivo era reconstruir, o mais depressa possível, as casas.

Claro que, depois de uma primeira calamidade, é como quando construímos a nossa casa: depois de construirmos a nossa casa, estamos prontos para a reconstruir. Portanto, tirámos lições e uma delas — e foi isso que, depois, fizemos em outubro — foi a de centralizar todos os fundos numa entidade, sendo essa entidade a gerir o processo de reconstrução. Portanto, mantenho tudo o que disse.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, então, se entendi bem, é esse o enquadramento legal que temos neste momento. Ou seja, a estrutura que está neste momento criada evitaria estes erros que foram cometidos no passado?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, posso dizer-lhe que, no caso dos incêndios de outubro, foi essa a lição que tirámos e, portanto, foi esse o modelo que implementámos.

Neste momento temos um edifício legal. Depois dos incêndios de outubro, já tivemos a tempestade *Leslie* e outras ocorrências, pelo que, neste momento, o edifício legal para apoio nas diferentes dimensões está construído e estão identificados os responsáveis. No caso das habitações é o IHRU, com os instrumentos de apoio que tem à reconstrução das habitações

em caso de calamidades, que, infelizmente, voltaram a acontecer no Algarve, etc. A partir daí, foi construído o edifício legal.

No caso das habitações, temos uma gestão centralizada. No caso da floresta, temos também o edifício legal e temos um responsável, porque não pode ser a mesma entidade para todas as situações.

Quando eu dizia «uma entidade centralizada», no caso da habitação, referia-me a que, em vez de termos entidades que através da sua solidariedade e boa vontade andaram no terreno, esses apoios fossem centralizados num único fundo. Aliás, penso que não sou a única a partilhar desta opinião, mas referia-me às habitações e não à ideia de termos uma entidade que centralize os apoios em todos os domínios, porque isso, depois, é muito difícil, dado serem áreas que exigem competências muito distintas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, afirmou que considera que o Fundo REVITA prestou um bom serviço às populações na atribuição de apoios. Gostaria que clarificasse de que forma e em que circunstâncias foram avaliadas as condições de atribuição dos apoios do Fundo REVITA e também como foi monitorizada a utilização desses apoios.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, devo dizer que retiro essa conclusão porque a esmagadora maioria das casas já tem as famílias a viver lá, o que é um facto em si. O próprio Relatório do Tribunal de Contas, que tem uma metodologia muito própria, chega a essa

conclusão, ao observar, na página 11, «um grau elevado de concretização dos apoios num tempo razoável e os mesmos tenham sido, em geral, distribuídos para os fins destinados e na proporção das necessidades». Portanto, o Tribunal de Contas analisou todos os processos e os próprios relatórios da Inspeção-Geral de Finanças, que são públicos, dão conta da boa aplicação dos fundos e do bom uso dos donativos.

Portanto, suporto-me na evidência de termos a esmagadora maioria das famílias a viver nas habitações que arderam e suporto-me em evidência de entidades externas que, mesmo no caso do Tribunal de Contas, com uma metodologia muito específica, concluem isso mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabiola Cardoso** (BE): — Ainda assim, com uma avaliação tão positiva deste processo, gostaria de lhe perguntar se considera que os apoios públicos concedidos foram suficientes para recuperar todas as habitações afetadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, faça favor.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, os apoios públicos foram suficientes para apoiar todas as habitações.

No caso do Fundo REVITA foram suficientes para apoiar todas as primeiras habitações e no caso do Fundo de Apoio Municipal, que eu saiba, o valor disponível não foi esgotado, tendo em conta a metodologia e o que a lei determinou como processo de apoio às segundas habitações.

Portanto, quanto ao tipo de apoio e aos fundos públicos disponíveis, considero que foram suficientes.



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Temo-nos centrado na questão das habitações, mas gostava também de lhe perguntar qual a sua avaliação relativamente aos apoios disponibilizados, quer para a reposição do potencial produtivo agrícola, quer para o potencial florestal.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe desculpa, mas não me vou pronunciar, porque a CCDR Centro não teve qualquer intervenção nos apoios à reposição do potencial agrícola nem na questão da floresta e, portanto, não tenho conhecimentos para a poder esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — A Sr.<sup>a</sup> Professora já disse aqui que uma parte do sucesso que atribui a estes apoios se deve ao papel desempenhado pelos autarcas.

Gostaria de lhe perguntar se não identifica também aspetos negativos nessa centralidade que foi atribuída às autarquias, nomeadamente à falta de recursos técnicos e humanos, que já foi referida por outras pessoas na Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, considero — e, aliás, em outubro adotámos exatamente a mesma solução — que, numa

calamidade, a proximidade às vítimas é absolutamente fundamental, porque elas ficam fragilizadas de todos os pontos de vista, possíveis e imaginários, e importa serem apoiadas e informadas por alguém que conhecem.

Considero, ainda hoje, que as autarquias devem sempre ter um papel vital na implementação de qualquer solução para fazer face às calamidades.

Neste caso, muitas das dificuldades que as autarquias reportavam eram colmatadas apoiando-se nos técnicos da CCDR, como, aliás, já aqui foi referido, mas devo dizer que, em todas as autarquias, os técnicos foram inexcedíveis. Houve até autarquias que contrataram equipas especiais para dedicarem a este dossiê.

Portanto, continuo a defender que a solução para fazermos face a estas situações de calamidade é uma solução de proximidade de quem apoia e de quem decide a quem recebe esse apoio.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Apesar dessa proximidade, que foi possibilitada pelo envolvimento dos autarcas nesta questão, houve críticas relativamente ao envolvimento das próprias populações no apoio que foi prestado a essas pessoas, quer a nível técnico, quer psicológico.

Considera que houve um suficiente envolvimento das populações neste processo?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que, na minha intervenção inicial, terei tocado nesse aspeto, mas vou voltar a referi-lo. Outra lição que penso que devemos tirar destas

calamidades é a de que o acompanhamento, a informação e o apoio à população têm de ser constantes, diários.

No caso dos incêndios de Pedrógão, o apoio psicológico existiu e continua a existir, pois continuamos a ter equipas de trauma, quer do hospital de Leiria, quer do hospital de Coimbra, a apoiar as famílias, porque muitas delas continuam doentes e afetadas psicologicamente.

Do que tenho conhecimento, as freguesias e as câmaras foram inexcedíveis nas sessões de esclarecimento e no apoio que deram às famílias na questão das habitações, na questão da agricultura, mas volto a repetir: se há uma lição que todos podemos e devemos tirar destas calamidades é a de que devemos ter uma intervenção sistémica junto das famílias e não só cuidar da casa como cuidar da saúde mental, cuidar dos animais, cuidar da agricultura. Creio que isto é algo que eu, pelo menos, em termos políticos e institucionais, retirei como lição.

Portanto, temos de trabalhar em equipas sistémicas e penso que, apesar de esta ter sido a primeira situação em que aconteceu, houve a preocupação de dar o apoio às famílias nessas diferentes dimensões.

Queria aproveitar para destacar o papel vital que a Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande tem, mesmo nesta questão do apoio psicológico. Temos ido, sobretudo mais ao final do dia, reunir com a Associação e queremos continuar a reunir, até para desenvolvermos algumas medidas de apoio para os ajudar a prestar melhor a sua missão, e devo dizer que esta Associação de Vítimas tem tido um papel absolutamente vital — e queria prestar-lhes aqui homenagem —, hoje de forma muito discreta, na recuperação de aspetos que não são tão visíveis como, por exemplo, as sequelas psicológicas que muitas destas pessoas ainda têm, algumas delas feridas e algumas delas familiares de vítimas dos incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Gostaria de terminar com duas perguntas um bocadinho mais abrangentes na sequência do que está a dizer.

Do seu ponto de vista, que necessidades decorrentes deste grande incêndio ainda faltam colmatar nos municípios afetados?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, por favor.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que o que é hoje mais notório — e basta fazermos uma viagem de carro —, mas que é algo difícil de mudar de um momento para o outro, é a intervenção no domínio da floresta. Ou seja, fazemos uma intervenção em que a prevenção seja determinante, mas em que a gestão da floresta também possa permitir a estas populações retirar rendimentos, para que seja uma alavanca do seu desenvolvimento.

Este é um dos domínios que ainda hoje sentimos. Sabemos que quase 100% da propriedade é privada e, portanto, alterar os padrões e os modelos de produção e de gestão não se faz de um momento para o outro, mas acredito que o modelo que o nosso Secretário de Estado das Florestas, e a própria AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), está a desenvolver é o adequado. Embora não o dominando tecnicamente, acredito que, mesmo levando tempo, é o caminho certo que devemos seguir.

Todos os projetos que temos, projetos-piloto, de mudança da paisagem, todos os apoios que temos, nomeadamente no âmbito do Ministério do Ambiente e também no contexto da AGIF, vão nesse sentido e, portanto, é neste domínio que eu penso que devemos fazer grande parte dos nossos esforços de intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabiola Cardoso** (BE): — O Bloco Esquerda concorda, obviamente, com o que acabou de dizer. É nessa área que se encontram graves problemas, que não só levaram a este incêndio como continuam por resolver no território, e basta visitar e ver como a madeira ardida ainda está lá para percebermos que houve falhas e que, hoje, os territórios não estão tão preparados para isto quando deveriam estar.

Enquanto Ministra da Coesão Territorial, penso que tem também um papel essencial no desenvolvimento de políticas públicas que consigam alterar esta situação, envolver as populações e garantir apoio técnico e recursos humanos para que tal seja possível.

Assim, gostava de lhe deixar esta pergunta: de que maneira é que, não só através do trabalho e da responsabilidade que teve, mas nas funções que ocupa atualmente, se podem preparar os territórios para que esta situação não se repita, como é, certamente, o desejo de todos.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, terei o maior gosto em responder-lhe a essa questão enquanto Ministra da Coesão Territorial, mas, neste momento, estou aqui enquanto ex-Presidente da CCDR.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe desculpa, mas, e considerando importante tudo o que disse, terei o maior gosto em vir a esta Assembleia prestar todos os esclarecimentos sobre a estratégia da coesão territorial para o território do Pinhal Interior.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Exatamente, é isso mesmo!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está assim esgotada a primeira ronda de perguntas.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, vamos dar início à segunda ronda e, dado que esta audição já leva 2 horas e 30 minutos, de forma ininterrupta, pergunto-lhe se quer fazer uma pausa ou se está pronta para continuar.

A Sr. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Sr. Presidente, estou pronta para continuar.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, nem pergunto aos Srs. Deputados!...

*Risos.*

A esses, não concedo essa largueza!

Vamos, então, iniciar a segunda ronda pelo Grupo Parlamentar do PSD, dando a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira.

Recordo a todos que as intervenções nesta ronda serão seguidas, até ao máximo de 5 minutos por grupo parlamentar, com resposta conjunta no final, em igual tempo.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, de facto, a audição já vai longa.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, nesta segunda ronda, quero deixar novamente claro que estamos a ouvi-la na qualidade de ex-Presidente da CCDRC e julgo que o PSD teve esse cuidado, em todas as perguntas que lhe dirigiu. Ao contrário daquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice aqui insinuou quanto à nossa agenda, temos uma agenda de esclarecimento e de querer saber a verdade, e, portanto,

não confundimos os papéis em que os intervenientes aqui estão. E fá-lo-emos até ao fim desta audição e desta Comissão.

Portanto, deixo-lhe esta garantia, embora o tratamento continue a ser por «Sr.<sup>a</sup> Ministra», mas apenas porque é a circunstância atual, por mais nada.

Dito isto, não posso deixar de tecer dois ou três comentários à infeliz intervenção inicial da Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira, porque veio insinuar uma série de intenções do Grupo Parlamentar do PSD, nomeadamente aquela que seria a intenção oculta do PSD nesta Comissão de Inquérito, os nossos objetivos, e, portanto, o PSD não pode ouvir um comentário desses e deixar passar indiferente.

Bem compreendemos que o PS não gosta de ser escrutinado, ou criticado, ou de ver a sua atuação ser analisada através da Assembleia da República. Basta atendermos aos casos recentes, como seja o do SEF ou o da nomeação do Procurador José Guerra, que tem feito correr tanta tinta e irritado o PS pela hipótese ou pelo simples facto de alguém querer escrutiná-lo. Isso é um lamento profundo em democracia, que é transparência e é escrutínio. Até porque, com esta falta de boa vontade e com esta manta de suspeição que se levanta, perdemos todos.

Como muito bem disse a Sr.<sup>a</sup> Ministra, durante as suas respostas nesta audição, em outubro, não tivemos donativos e não foi por acaso. Foi esta falta de transparência que se criou na sociedade portuguesa que fez com que os portugueses, que foram tão generosos aquando desta calamidade, não tenham sido mais generosos. E, com isso, quem perdeu? Perdemos todos! Perderam, acima de tudo, aquelas populações e as que foram afetadas, a seguir, em outubro.

Permita-me dizer-lhe que sou de uma terra muito afetada por incêndios, toda a vida — tinha sido afetada em 2016 e foi também em 2017 —, e, portanto, conheço muito bem estas tragédias, pessoalmente. Tal como

estive em Pedrógão Grande, no Pinhal Interior, quer durante os incêndios, quer depois, muitas vezes, e, portanto, conheço muito bem a tragédia humana que lá se vive.

Há outra questão que não posso deixar passar em branco, que tem que ver com facto, aqui repetido muitas vezes, de as pessoas não terem documentos nem terem como se identificar. Parece que estamos a tratar aquelas populações, retirando o momento de dor profunda que viveram, como «coitadinhas», mas aquela gente não é «coitadinha». São pessoas, tal como qualquer um de nós, capazes de zelar pelos seus interesses — e bem! —, porque é isso que todos nós, enquanto cidadãos, fazemos.

Não tem cartão de cidadão? Basta pensar que qualquer presidente de junta atesta a identidade de um seu freguês, num meio rural. Mal seria! Exceto um que foi aqui ouvido e que, ao que parece, não conhecia ninguém. Salvo esse, e não posso deixar de o referir, todos os presidentes de junta conhecem os seus fregueses e, num meio pequeno, sabem exatamente quem é quem e quem mora onde, podendo atestar a sua identidade, independentemente de não terem cartão de cidadão, até que se resolva o problema. E isto teve de ser resolvido muito rapidamente, até porque as pessoas não podiam entrar em nenhum processo, simplificado ou não, sem identificação, a qual é facilmente atestável. Portanto, este é um não argumento.

Depois do que vou dizer, quero deixar-lhe duas ou três perguntas, Sr.<sup>a</sup> Ministra. O facto de haver equipas, como disse, para tratar dos processos de uma forma rápida, nomeadamente no caso da agricultura, faz com que tenhamos, ainda mais, de colocar a seguinte questão: porque é que foram desviados tantos fundos, quando havia um meio de fundos públicos para os agricultores que necessitavam?

Os agricultores tinham direito a todos os apoios, a questão é a forma como lhes foram colocadas as questões pelas entidades responsáveis, não



pelos agricultores ou pelas populações, pois as vítimas são sempre vítimas. Tentar subverter isso e não terem ido buscar todos os fundos do PDR... Dessa forma, teríamos todas as habitações englobadas, incluindo as segundas habitações, porque essa foi uma decisão tomada pelo REVITA — não pela lei, como sabe —, por falta de fundos e de apoios.

Portanto, gostava que comentasse esta questão, porque me parece, de facto, que, enquanto presidente da CCDRC, tem de ter uma opinião por ter lidado com estas questões. Se tem havido a decisão de recorrer ao PDR, com todos os valores que foram alocados, havia ou não dinheiro para todas as habitações, inclusive para as segundas habitações? Falo das segundas habitações habitadas, efetivamente, não falo das abandonadas, obviamente, porque essas nem sequer são habitações, nem segundas nem nada, são casas abandonadas ou já devolutas e, por isso, não contam.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, mais uma questão: é com algum lamento que vou dizê-lo, mas ouvia-a citar o Relatório do Tribunal de Contas, quando achou que lhe convinha, e ouvi-a desvalorizá-lo e criticá-lo, quando não lhe convinha. Gostava, de facto, que dissesse o que pensa dele, independentemente da conveniência. Para uns motivos, cita-o, para outros, critica-o.

Como nota final, Sr.<sup>a</sup> Ministra, o que aconteceu em Pedrógão Grande foi único, sim, numa região e num incêndio. Pedrógão ficou como símbolo desta tragédia, mas não nos cingimos territorialmente a Pedrógão, e estou mesmo a terminar, Sr. Presidente.

No entanto, já tivemos terremotos neste País, nas regiões autónomas, nomeadamente em 1980 e em 1998, se não estou em erro, no caso da ilha do Faial. Nessa altura, também houve necessidade de acorrer às populações e isso foi feito, tal como há regras internacionais para assistência humanitária. Portanto, não estávamos num terreno em que nunca se tinha pisado, estávamos numa tragédia que, naquele território, era única, e esperemos que nunca se repita.

Portanto, o que lhe pergunto é por que razão não se deu a devida transparência e não se teve cuidado na utilização destes fundos, por forma a que a suspeição nunca tivesse lugar. Não podemos usar a desculpa do momento da emoção, porque na decisão não pode haver emoção. Na decisão tem de haver rigor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, não posso deixar de iniciar esta última ronda com uma questão muito importante.

Não dispensando e valorizando a dádiva e o contributo que os portugueses deram, parece-me que esse dinheiro e esses valores deverão ser tanto mais preservados, em termos do destino a ser dado, e muito bem gerido. Nós valorizamos esse aspeto e a solidariedade dos portugueses, há um respeito que é devido, mas não podemos estar à espera da caridade e não podemos achar que perdemos, porque, no futuro, os portugueses já não querem dar. Não temos de estar à espera da caridade dos portugueses, entendemos que o Estado deverá assumir as suas responsabilidades e cumprir, naturalmente, com o ressarcimento das perdas de quem não teve culpa nenhuma do que aconteceu.

Portanto, quero lamentar se houve má gestão — espero que seja apurada essa situação e não pactuamos com ela —, mas não é por lamentar que, no futuro, não venha a ser dado esse apoio, é apenas por lamentar ter acontecido, porque não temos de estar dependentes da caridade. Quando andamos dependentes da caridade e do assistencialismo as coisas não correm bem.

Para terminar e para fechar o ciclo, quero fazê-lo precisamente da mesma forma como comecei a primeira audição, ao Sr. Eng.º Victor Reis,

ex-Presidente do IHRU, que teve o cuidado de estudar até ao último centímetro as fronteiras dos concelhos. Não estudou mais nada, não investigou mais nada, só estudou aquilo. Isto revela que houve uma intenção por parte do Sr. Engenheiro, principalmente, porque trazemos aqui 50 processos — salvo erro, anda à volta deste número — e, em relação a muitos deles, ficou claro, durante as audições, o que se passou. Ficou clarificado e, pelo menos, serviu para isso, mas não limpou a imagem criada à volta de toda esta situação com as vítimas.

Portanto, quero deixar-lhe algumas questões, pois acho que é importante que essa declaração fique aqui. Primeiro, durante o processo de atribuição dos apoios, houve alguma pressão, de alguma natureza, para alterar as prioridades de atribuição dos apoios? Houve, em algum momento, divergências de entendimento entre os diversos representantes das diferentes entidades envolvidas nos processos?

A Sr.<sup>a</sup> Ministra até já teve o cuidado de descrever todo o processo, mas também disse, e ficou registado, que nem todos os processos tiveram o mesmo procedimento que descreveu, com alguma aferição, em todas as fases. Então, se houve processos que não tiveram esse procedimento, é importante que fique clarificado se houve decisões efetivas que tenham sido tomadas por uma única entidade, sem que tenha havido concertação pelas entidades ou, no mínimo, pela Comissão Técnica.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, para terminar, deixo-lhe só mais uma questão. Tendo em consideração algumas situações em que as habitações eram de tal forma paupérrimas, como já foi dito, ficou a ideia — salvo erro, foram aqui relatadas, por um depoente, três situações — de se ter tomado a decisão de aproveitar a oportunidade para dignificar a habitação dada. Isto é importante, porque algumas delas estão nestes 50 casos.

Há uma situação que temos de garantir, que é o facto de o fogo ser mais um elemento do despovoamento e, progressivamente, ir provocando o

abandono daqueles territórios. Reconstruir uma habitação que já ardeu três vezes, acho que é um erro. Portanto, pergunto se foi aproveitada a oportunidade para corrigir alguns erros e até, compreensivelmente, ter sido resposto um bem com qualidade superior à que existia... porque, vamos ver, também temos de respeitar as regras de construção atuais e vigentes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado José Rui Cruz.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.<sup>a</sup> Ministra Ana Abrunhosa, que está aqui na qualidade ex-Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro. Felicito-a pelo trabalho que desenvolveu enquanto Presidente da Comissão de Coordenação, que acompanhei bem de perto, também nos incêndios de outubro.

Em relação ao assunto que estamos a abordar, queria começar por dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira, que se referiu à Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira, que lhe transmitirei as notas.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Espero que ela esteja a ver por *Skype*! Parti desse princípio.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Eurídice Pereira disse que o PSD tinha uma agenda para esta Comissão de Inquérito e é verdade, porque se não tivessem intenções para esta Comissão de Inquérito não a teriam feito. É para isso que estamos aqui.

Estamos a chegar ao final das audições e a concluir que, afinal, a agenda do PSD é um conjunto de páginas brancas. Ou seja, não se conclui rigorosamente nada, porque as intenções do PSD, ou, pelo menos, as

conclusões a que o PSD pensaria que iria chegar, são pólvora seca e não há nenhuma conclusão.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — É preciso ter muita imaginação!

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Assistimos aqui, às 10 horas da noite de um dia de semana, em véspera de um confinamento, a um PSD desesperado, a dizer, em jeito de conclusão, que o que é mesmo preciso é reivindicar as segundas habitações. Ou seja, isto é mesmo o final de uma comissão parlamentar de inquérito em que podemos concluir que, nos processos relativos aos incêndios de que estamos propriamente a falar — houve, naturalmente, algumas situações que poderiam ter corrido de outra forma, e nisso estamos todos de acordo! —, atendendo à dimensão, às circunstâncias de que já falámos inúmeras vezes, ao facto de nunca ter acontecido um fenómeno daquela dimensão, à região onde isso aconteceu e a que era preciso tomar medidas, atendendo a tudo isso, um conjunto de entidades, desde câmaras municipais a organizações desconcentradas do Estado e entidades privadas, juntaram-se e fizeram aquilo que todos sabemos. Como é evidente, num processo destes, houve algumas falhas.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada **Emília Cerqueira** faz aqui a seguinte conclusão, que eu também subscrevo: as contribuições dos portugueses, em outubro, não se verificaram. É evidente que sim! Depois da suspeição que se colocou sobre este processo, é evidente que os portugueses não poderiam contribuir com donativos a partir daí, tal foi a suspeição e a quantidade de malandros em que se transformaram todas estas pessoas que estavam a rodear estes processos. É evidente que, a partir daí, acabou.

No entanto, quero corrigir a Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque não acabaram as contribuições dos portugueses, na ajuda, em outubro. Essa ideia é mentira e eu quero corrigi-la. O que aconteceu foi que estas contribuições foram feitas

de outra forma, ou seja, os portugueses continuaram a ajudar, mas de forma direta, sendo eles a selecionar quem queriam ajudar. Sabemos todos, e a Sr.<sup>a</sup> Ministra aqui presente também, que, em outubro, houve muitas pessoas — da Federação Portuguesa de Futebol, de associações de futebol, muitos empresários em nome individual — que foram falar diretamente com os interlocutores locais e apoiaram diretamente várias instituições e várias famílias. Até mesmo figuras conhecidas — não interessa, naturalmente, dizer os nomes — apoiaram, diretamente, as famílias no terreno.

O que houve foram formas diferentes de apoio, atendendo à forma negativa como foram tratadas algumas situações que serão apuradas no local certo, como já aqui falámos.

Depois, gostaria de dizer que toda esta situação é nova e, naturalmente, quando se colocou em cima da mesa e foi criado um instrumento tão falado, e tantas vezes reportado nesta Comissão, segundo alguns, este poderia ter sido gerido de outra forma, mas a verdade é que pode ser sempre gerido de outra forma. O que é certo é que tivemos, quatro meses depois, um incêndio de uma escala quatro ou cinco vezes maior, em termos de área ardida; em termos de prejuízo, 10 ou 15 vezes mais; em termos de habitações destruídas, não sei quantas vezes mais; em termos de empresas e de valor, incomparavelmente maior; mas assistimos à circunstância de não termos nenhuma comissão de inquérito pedida para os incêndios de outubro.

O Estado aprendeu, todos nós aprendemos e soubemos fazer.

*Protestos do Deputado do PCP João Dias.*

Certamente, também haverá falhas em outubro! Naturalmente, haverá falhas, como é evidente, porque nem tudo é perfeito, mas temos de reconhecer que houve uma aprendizagem.

Não há nenhum processo imaculado, mas acho que, no final deste conjunto de audições, percebemos todos que o processo foi feito dentro daquilo que era possível. Cada um aprendeu com o que tinha de aprender e, em outubro, as situações que estiveram menos bem foram reparadas.

Quero salientar, no entanto, que a conclusão de que é preciso passarmos às segundas habitações é muito redutora. Embora deva dizer que as segundas habitações são precisas, não é para ficarem desabitadas, porque isso não resolve nada. O Ministério da Coesão — e sei que a Sr.<sup>a</sup> Ministra não está aqui nessa condição, como já referiu — terá outras preocupações que não a de reconstruir habitações para ficarem desabitadas.

Precisamos de políticas para o interior? Sim, precisamos, mas não com o critério de reconstruir casas para ficarem fechadas todo o ano e terem ocupação durante 15 dias ou, eventualmente, 8 dias, sendo essas casas custeadas pelos impostos de todos nós, porque isso não será uma boa política para a ocupação dos territórios do interior. Haverá outras que serão, certamente, melhores.

Queria, pois, em nome do Partido Socialista, felicitar a Sr.<sup>a</sup> Ministra e agradecer-lhe os contributos.

Não tenho questões a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, até 5 minutos, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, dado o adiantado da hora, serei mais breve do que isso.

Uma vez que nos aproximamos do final das audições, gostaria de perguntar o seguinte à Sr.<sup>a</sup> Ministra Ana Abrunhosa, enquanto ex-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro: olhando retrospectivamente para esta situação, em jeito de balanço, quais são

os principais aspetos positivos que identifica neste modelo e que devem ser mantidos? Quais foram os principais aspetos negativos que foram alterados? E — talvez ainda mais importante —, sendo que já houve ajustes em toda esta situação, o que é ainda necessário alterar, nomeadamente neste edifício legislativo, como referiu?

Considerando que estamos na Assembleia da República, como é que nós, enquanto Deputados, e a própria Assembleia, podemos contribuir para aumentar a rapidez, a transparência e a justiça dos processos de atribuição de apoios em situações de calamidade, de modo a evitar futuras comissões de inquérito como esta, que nos mantém aqui a esta hora?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra da Coesão, que não está aqui nessa qualidade, V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para uma intervenção até ao máximo, não obrigatório, de 16 minutos e meio.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Muito obrigada, Sr. Presidente, entendi a sua mensagem.

Srs. Deputados, queria começar pela resposta à Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira, agradecer-lhe a intervenção e dizer-lhe algo que não é fácil. A postura com que vim a esta Comissão é de grande humildade, de prestação de contas, e devo dizer-lhe que é sempre com essa postura que estou nesta Casa, prestando contas, porque estamos todos numa missão pública.

Também quero dizer-lhe que foi nessa postura que estivemos nos incêndios de Pedrógão e queria pedir-lhe que nunca inferisse das minhas palavras que tratámos as populações como coitadinhas. Tratávamos as pessoas como pessoas de grande valor que são, com grande resiliência, mas muito sofredoras. Aliás, a senhora conhece bem a realidade e a primeira coisa



que as pessoas fazem quando vamos ao terreno é contar, recontar e recontar a situação.

Queria ainda dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, quando li e me socorri de um parágrafo do Relatório do Tribunal de Contas, dei o contexto. Eu disse que, apesar da metodologia muito especial, mesmo sendo uma metodologia que não nos era favorável, mesmo assim, concluiu. Portanto, o meu pressuposto é de discordância com as conclusões deste Relatório, mas o que eu quis dizer foi que, mesmo um relatório que teve um pressuposto de partida com o qual eu não concordo — que é o de analisar uma situação de tratamento de uma calamidade à luz, não do que estava previsto na legislação, mas no que a melhor legislação internacional prevê —, que parte de uma premissa que, à partida, não nos era favorável, mesmo nesse contexto, conclui que aplicámos... Com todas as críticas que nos faz, e onde não me revejo sabendo que temos sempre melhorias a fazer. Sempre.

Já vos referi várias coisas que fizemos de forma diferente em outubro, mas quero explicar-lhe que, quando me socorri, foi neste contexto. Ou seja, mesmo um relatório que parte de um ponto que nunca nos poderia ser favorável, ele conclui que, sim, houve um elevado grau de concretização dos apoios, que foram distribuídos para os fins destinados.

Portanto, foi nesse sentido que me socorri do relatório e não no sentido de olhar para ele naquilo que nos interessa e de fechar os olhos ao que não nos interessa, porque devemos analisá-lo com toda a seriedade.

Depois, e acreditem que digo isto com sinceridade, devo dizer que tenho muita dificuldade em ter uma posição em relação às segundas habitações, porque nós não temos uma noção clara. Com todos os problemas à volta das primeiras habitações, foi muito delicado irmos junto dos municípios e termos uma perceção exata e correta do que são as segundas habitações.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Cada caso é um caso!

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — É muito difícil, hoje, e volto a repetir o que disse, um presidente de câmara tomar uma decisão e dizer: «Esta família não tem direito, porque vem cá uma vez por ano. Esta família tem direito, porque vem cá todos os fins de semana. Esta família não tem direito, porque não vinha cá há 10 anos».

Portanto, para vos poder dar uma resposta sincera em relação às segundas habitações teríamos de ter um levantamento delas, e tenham a certeza absoluta de que muitas destas segundas habitações, a serem reconstruídas, não seriam habitadas. Não é por nada que temos um problema de interioridade...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Isso é uma pescadinha de rabo na boca!

A Sr.<sup>a</sup> Prof. Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Muito bem, mas não é pelo facto de as reconstruirmos que as pessoas vão!

*Protestos do Deputado do PCP João Dias.*

Com certeza que não!

Portanto, em relação às segundas habitações, não temos a perfeita noção do que a reconstrução implica, e se o fizéssemos em junho teríamos de o fazer em outubro. Portanto, não tenho a perfeita noção da dimensão do problema, teríamos de aferir um critério e, vejam, temos uma disparidade de situações que é muito complexa.

Volto a sublinhar que a reconstrução de segundas habitações de pessoas que usam essas habitações regularmente seria, e é, muito importante. Creio que foi isso que esteve na base da decisão de algumas autarquias.

Dou o exemplo de Pampilhosa da Serra, onde o número de segundas habitações que arderam foi muito elevado e onde os apoios foram bastante generosos. Não conheço as situações dos regulamentos concretos, porque nós não trabalhamos essas situações, mas tenho consciência ou, pelo menos, tenho a percepção de que os municípios onde houve o problema de segundas habitações de pessoas lá iam regularmente aderiram aos apoios do Fundo de Apoio Municipal.

Não vos posso dizer isto com certeza absoluta, mas tenham consciência de que a questão das segundas habitações exige escolhas, exige critérios, porque nós temos uma plêiade de situações muito, muito, muito díspares nas segundas habitações. Acreditem!

Aliás, os próprios autarcas davam-nos conta dessa dificuldade, dizendo: «Então, uma pessoa vem cá uma vez por ano. Reconstruímos ou não reconstruímos a habitação? E a de uma pessoa que vem cá uma vez por mês? Ou de uma pessoa que só vem cá em agosto?». Temos de ter consciência de que muitas destas habitações só eram usadas no verão.

Por exemplo, em Pampilhosa da Serra já não acontece isso. Muitas pessoas têm o hábito de ir todos os fins de semana, e o município está a apoiar as famílias nesse contexto.

Portanto, em relação à questão das segundas habitações, considerem todos os Srs. Deputados que esta é a minha resposta. Terão uma próxima ronda para insistir na questão, se assim considerarem pertinente.

Ainda em relação a uma pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira, tenho a opinião de que, nestes processos, nunca somos demasiado transparentes.

Permitam-me que partilhe convosco a experiência de outubro. Criámos uma plataforma onde tínhamos uma página para denúncias, por exemplo, porque até era obrigatório, e devo dizer-vos que nem nessa altura, nessa página, ao abrigo do anonimato, recebemos qualquer denúncia de

junho. E recebemos denúncias falsas, que investigámos até ao limite, pois tínhamos procedimentos instituídos para investigar uma denúncia.

Portanto, sou a favor de toda a transparência. Aliás, nessa plataforma temos um mapa onde estão as casas, temos uma foto do antes e do depois e temos a lista com o nome de todas as famílias que recebem apoio. No entanto, devo dizer-vos que publicitar estes apoios gera perturbação. Gera muita perturbação, mas acho que as vantagens que temos com a publicitação, com a transparência, são muito maiores do que qualquer perturbação que tenhamos com essa transparência.

No fundo, é normal, porque depois fazem-se comparações que não podem ser feitas e tiram-se conclusões que não podem ser tiradas. Por exemplo, no caso de outubro, tivemos denúncias porque as pessoas viram fotografias e achavam que... Portanto, isso causa mais trabalho! Que seja esse o preço a pagar pela transparência e, por isso, não poderia estar mais de acordo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quanto a devermos primar pela transparência, porque ganhamos todos.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado João Dias, já referi a questão das segundas habitações, que sei que a todos toca em especial.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que quando referi que, em outubro, o movimento de caridade não foi tão bom, não é que eu defenda que devamos apoiar estas calamidades com a caridade. Não. O que eu acho e o que quis transmitir é que quem foi generoso tem de sentir que a sua generosidade foi bem aplicada e bem-vinda. E a minha tristeza, face a todo o mediatismo que o processo teve, é porque temo que muitas das pessoas que foram generosas possam sentir que não vale a pena. E o que quero dizer-lhes é que valeu a pena serem generosos. Se querem continuar a ser generosos, mas com cautela, assim seja. Escolham quem apoiam, acompanhem os apoios que concedem, mas não deixem de acreditar que vale a pena ser-se generoso.

Portanto, era esse o sentido das minhas palavras.

Em relação ao IHRU, devo dizer que o Sr. Presidente do IHRU esteve pessoalmente nos levantamentos das habitações, tal como um elemento da comissão diretiva que também esteve presente — aliás, até se cortou todo com um *drone* — e, portanto, eu andava ao lado deles.

Acredito sempre na bondade das pessoas e entendo que, quando enunciou essas situações, o Sr. Presidente do IHRU estava convencido de que estava a contribuir para esta transparência e para que nós, quando aplicamos dinheiros públicos, o façamos bem.

Respondendo às suas questões, nunca, em momento algum, sentimos pressão para alterar as prioridades. Nunca, em momento algum, houve divergências de entendimento. E quando referi que houve processos que não foram encaminhados para a CCDR e que foram encaminhados diretamente para a Comissão Técnica, foi porque não era obrigatório que assim fosse. Ou seja, os municípios apoiavam-se nos técnicos da CCDR, muitas vezes para adiantar trabalho — e ainda bem! —, foi porque reconheciam competência e valor naquelas pessoas extraordinárias que, durante anos, fizeram dos incêndios de Pedrógão o seu modo de vida. Não estou só a falar das pessoas das câmaras municipais, mas também dos técnicos da CCDR.

O que eles faziam, muitas vezes, era o seguinte: tinham os processos, mandavam-nos, a CCDR dizia «falta ainda este elemento, falta aquele», e ajudava sempre que podia. Mas nunca houve um processo com decisão apenas de uma entidade. Nunca! As decisões de que tive conhecimento na Comissão Técnica... Ou seja, era um órgão colegial e tomava as decisões por entendimento conjunto.

Também devo dizer-lhe que houve entidades que aproveitaram esta situação, e bem, para apoiar as famílias numa perspetiva de apoio social. Recordo uma situação que o Sr. Padre Luís Costa, da Cáritas de Coimbra, contou, passada, penso eu, em Pampilhosa da Serra. A casa tinha ardido, mas

muito pouco, só que era uma casa que não se podia chamar «casa», e a Cáritas Diocesana reconstruiu-a.

Devo também dizer que, no caso da Cruz Vermelha, houve uma casa que eles apoiaram apenas por motivos sociais. A casa tinha sido... O mesmo aconteceu com uma outra habitação, que andou aí nos jornais e que foi um clube de futebol que apoiou, penso eu. A casa teve as paredes chamuscadas e a entidade decidiu que a família merecia o apoio. Ou seja, não repôs apenas as paredes que estavam chamuscadas, mas criou também condições de condignidade à família, e ainda bem!

Devo dizer que houve outras situações, que também vieram na comunicação social, em que as famílias viviam nuns anexos e que, no âmbito do Fundo REVITA, dos anexos fizeram-se casas, e ainda bem. Devo dizer que os anexos, ao contrário do que muitos afirmavam, fazem parte da habitação. Segundo as regras do ordenamento do território, um anexo faz parte integrante da habitação. Ainda bem que dos anexos se fizeram casas, porque se melhorou a dignidade com que algumas das famílias viviam.

Devo também dizer, e queria transmitir isto, que aquilo que, muitas vezes, gerou incompreensão no cidadão comum foram as questões do direito sucessório, que se traduzem no facto de os herdeiros terem direito à reconstrução das habitações, quando os seus pais — na maior parte dos casos aconteceu — morreram nos incêndios ou morreram em fase posterior à dos incêndios. Isto gerou grande indignação por parte das populações, porque estávamos a reconstruir habitações para pessoas que não viviam lá, verdadeiramente.

Tivemos dúvidas e devo dizer que esta foi uma das situações sobre as quais não havia acordo na Comissão Técnica, mas em que o Conselho de Gestão não teve dúvidas em dar orientações e em dizer «aplica-se o direito sucessório».

Em outubro, tivemos essa dúvida e pedimos um parecer à Sr.<sup>a</sup> Provedora de Justiça, que foi perentória: aplica-se o direito sucessório nestes casos. Portanto, mesmo que a casa que está a ser reconstruída não venha a ser para sua habitação permanente, os herdeiros têm direito à reconstrução dessas habitações.

Por parte do cidadão comum — que não tem de saber estas questões legais —, isto gerou, muitas vezes, uma indignação que eu diria ser compreensível, mas temos de cumprir a lei.

Queria agradecer as palavras elogiosas do Sr. Deputado José Rui Cruz e dizer-lhe que, em outubro, sim, confirmo o que referiu. Houve donativos, mas eram donativos muito dirigidos. Ou seja, quem foi generoso disse «quero reconstruir aquela habitação» e acompanhava. Que seja assim, mas também não acredito que a caridade seja a forma de resolvermos os problemas em política pública.

Em relação à questão da Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, já falei de aspetos positivos e de aspetos negativos. Volto a referir o seguinte: aquilo que acho que devemos reter destas situações é que, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira disse — e atenção porque, nisso, o Relatório do Tribunal de Contas faz-nos justiça —, para avançarmos com os apoios não devemos estar à espera de todos os papéis. Não! Devemos é ter a certeza de que a pessoa tem direito ao apoio.

Isso é que é burocracia: estar à espera do último papel, quando...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Eu não disse isso!

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Eu sei que não! Estou a dizer que estou de acordo, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Nisto, o Tribunal de Contas fez-nos justiça. Uma coisa que aprendemos e à qual acho que temos de estar habituados, nestas

circunstâncias, é esta: numa situação de emergência, devemos apoiar, mesmo que inicialmente falte um ou outro documento. Temos é de ter a certeza de que a família em causa preenche as condições do apoio. Depois, durante a construção — e o Tribunal de Contas sublinha isso —, vamos completando os processos e vamos, até, retirando dúvidas que tínhamos.

Esta é uma das lições que, enquanto comunidade, temos de retirar. Isso, assim, é que é burocracia, como dizia a Sr.<sup>a</sup> Deputada. Se tivermos a certeza de que a pessoa preenche as condições do apoio, não devemos estar à espera do último papel, devemos avançar com o apoio.

Mas a nossa sociedade não está preparada para isso, porque, depois, falta um papel e somos criminosos, e quem teve o apoio devido...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Isso não é para mim!

A Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Ana Abrunhosa**: — Não é. Nada nas suas palavras ou intervenções insinuou isso. Estou a olhar para a Sr.<sup>a</sup> Deputada só porque está aqui ao meu lado.

Aquilo que é burocracia num momento transforma-se quase num crime no momento seguinte, porque falta...

Enquanto sociedade devemos, cada vez mais, trabalhar e pensar desta forma, porque, depois, ativamos em nós aquilo que há de pior. Isto é, enquanto não tivermos todos os papéis não tomamos uma decisão e, portanto, tornamo-nos profundamente cautelosos nas nossas decisões.

Queria dizer que uma coisa positiva foi não termos estado à espera de todos os papéis. Depois, fomos completando os processos para avançar com os apoios. O Relatório do Tribunal de Contas faz-nos essa justiça.

Este foi um ponto positivo.

Um outro ponto positivo que volto a referir — e vou já calar-me — é o da questão da proximidade.



Como pontos a melhorar, já os referi: centralizar os apoios, ter uma entidade independente que fiscalize, ter um edifício legislativo que esteja bem preparado. E há uma coisa com a qual nos podem ajudar e que em outubro, por exemplo, nos teria ajudado muito. Em outubro, se não tivéssemos tido a obrigação de ter o visto prévio do Tribunal de Contas, por exemplo, teríamos poupado dois meses em todos os processos.

Portanto, há aprendizagens, mesmo para o edifício legislativo deste processo.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Em trinta e muitas audições, tenho orgulho, como Presidente, em dizer que nunca interrompi ninguém, nunca tirei a palavra a ninguém e houve sempre toda a tolerância para terminarem as intervenções. Interessa mais o conteúdo do que o aspeto formal do tempo.

Para a terceira ronda, tanto quanto a Mesa percebe, temos uma inscrição do Grupo Parlamentar do PSD.

Assim sendo, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira.

**A Sr.<sup>a</sup> Emília Cerqueira (PSD):** — Sr. Presidente, antes da minha intervenção, que tem que ver com o final das audições, queria dar nota à Sr.<sup>a</sup> Ministra — e, depois, se pretender, fazemo-lo chegar, porque faz parte do acervo da Comissão — do ofício que nos foi enviado relativo ao FAM, dos municípios que recorreram a ele, nomeadamente Góis, e não só. Consta do espólio desta Comissão e, caso entenda, depois, fá-lo-emos chegar a si.

Hoje terminam as audições desta Comissão de Inquérito, que começou há quase um ano. Aliás, foi pensada num tempo em que não pensávamos viver assim e hoje, passadas cerca de 32 audições e muitas horas de trabalho, quer de audições, de investigação, de preparação e de pesquisa documental, estamos certos de que saímos mais esclarecidos sobre o que aconteceu no

pós-tragédia dos incêndios do Pinhal Interior e no que diz respeito ao objetivo desta Comissão. Mas também estamos certos de que, com estas audições, se aprende o passado e se tiram lições para o futuro. Tem de ser uma aprendizagem do passado e do futuro, e este foi sempre o nosso objetivo.

O nosso objetivo foi o de esclarecer, fazer justiça e tirar a capa de opacidade e de suspeição que se tentou lançar, muitas vezes, sobre aquela população, o que não é justo para a população, porque nunca esquecemos ou perdemos de vista que vítimas são vítimas, e as vítimas merecem sempre todo o apoio e respeito. Mas elas também merecem, em nome da justiça e para que se acabe a suspeição, que se discuta e se veja tudo aquilo que aconteceu, para que, amanhã, não voltemos a ter pessoas, inocentes ou não, mas todas elas, sob a mesma capa de suspeição. Esta Comissão serviu, sem dúvida, esses fins.

Ouçó, muitas vezes — e ouvimos, ao longo deste tempo —, tentar lançar um certo manto de lamaçal sobre o simples facto de querermos a verdade e só a verdade, fosse ela qual fosse. Sempre foi essa a nossa postura, quando criámos esta Comissão e hoje, no fim destas audições.

Esperamos que aquelas populações, especialmente as populações do Pinhal Interior, tal como todos os portugueses que contribuíram com donativos, sintam que não foram esquecidos. Para o bem e para o mal, não foram esquecidos, porque essa é a grande queixa. É uma população que ficou sem passado, sem recordações, e considera que está sem futuro. Esperemos que, com isto, também saiam as lições e que todos devemos aprender, para que haja um futuro para toda esta população.

Vou terminar agradecendo, nas circunstâncias tão difíceis que teve esta Comissão, com pandemia, suspensões, estados de emergência, com tantos momentos que nunca vivemos, e os serviços — esta palavra, tenho de vo-la dizer, porque hoje terminam as audições e, depois, vamos passar à parte

mais burocrática — foram sempre inexcedíveis em ultrapassar todos os constrangimentos.

Agradeço, naturalmente, a todos os colegas Deputados e a todos os que trabalharam aqui, independentemente das posições políticas, e ao Sr. Presidente, que manteve sempre uma postura de grande tolerância.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, agradeço a sua colaboração, porque sei que está cansada. Estamos todos, porque a hora é tardia, mas, de facto, isto é serviço público e é por isso que todos aqui estamos, para prestar o melhor serviço público que sabemos e conseguimos.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada, em meu nome e em nome dos serviços, pelo menos desses, que não têm voz.

O Sr. Deputado Relator, Jorge Paulo Oliveira, pretende dirigir-se à Comissão, nos 2 minutos que lhe são conferidos.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como devem imaginar, sendo eu o Relator, não deixaria de usar da palavra pela última vez, nesta fase de audiências, para dizer que o nosso trabalho não termina aqui. Tenho um especial dever agora, um trabalho mais acrescido, mas o trabalho de todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados manter-se-á com a leitura do relatório que irei apresentar oportunamente.

Sr. Presidente, queria dar conta — e gostava que acreditassem, naturalmente — de que não trago as conclusões no bolso, nem nunca aceitaria ser Relator se as trouxesse. Não trago. Não vim com as conclusões no bolso, não vim formatado. Não vou dizer que não tinha alguma opinião sobre aquilo que ia lendo e aquilo que sabia. É evidente que todos tínhamos, antes do início dos nossos trabalhos.

Tínhamos algumas opiniões, mas devo dizer que a minha opinião mudou muito, ao longo do tempo, nuns casos, num sentido, noutros casos, noutro. Nuns casos, disse «afinal, aquilo não era nada assim», noutros casos confirmei que «afinal, isto era assim». Ou seja, fui formando, também, as minhas convicções, a minha opinião.

Aquilo que vos prometo é trazer um relatório factual e objetivo. A única subjetividade que nele poderá existir estará, naturalmente, naquilo que diz respeito às recomendações. Também queria pedir-vos que façam, na medida do possível, o esforço de poder analisá-lo nessa perspetiva.

Serão bem-vindas recomendações de todos os grupos parlamentares. Farei esse esforço, também, de as incluir, porque, de facto, acho que todos nós queremos sair desta Comissão Parlamentar, sem exceção, fazendo com que tenha valido a pena todo este trabalho que tivemos, para futuro.

Acho que é esse esforço que estamos a fazer e é aquele que irei fazer, naturalmente, deixando, desde já, esse compromisso da minha parte, de que procurarei que o relatório seja norteado pela absoluta objetividade e factualidade. A única subjetividade estará nas recomendações, mas, aí, é quase impossível não se ser subjetivo. Se é a minha opinião sobre uma recomendação, o grau de subjetividade será muito elevado, mas espero que seja só nessa parte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. A palavra de um famalicense é válida, certamente.

Não é hoje o dia de me dirigir à Comissão, portanto, resta-me agradecer à Sr.<sup>a</sup> Ministra, que não está aqui na qualidade de Ministra, mas Ministra será para nós e será sempre assim tratada. Sei que hoje foi um dia especialmente cansativo e agradeço ainda mais a sua disponibilidade.

Agradeço às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e quero garantir que os nossos trabalhos não vão terminar aqui. Entramos numa fase muitíssimo importante, que é a da apresentação e debate do relatório.

Para todos, boa noite, e sugeria vivamente que se apressassem a ir ao bar, senão vão dormir em jejum.

Muito obrigado.

*Eram 22 horas e 14 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.